

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 147

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Sérgio Spada
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Cezar Silvestri

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE OUTUBRO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Nelson Garcia.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Thiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, estou vendo na Ordem do Dia de hoje, no item nº 14, o seguinte: “1ª Discussão do Pro-

jeto de Lei nº 413/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati”. Não seria de autoria do deputado Antonio Anibelli?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Houve um equívoco no parque gráfico nosso.

O SR. WALDYR PUGLIESI

E outra coisa, senhor presidente. No item nº 19, tem uma mensagem do Poder Executivo que “objetiva instituir a Universidade Federal do Paraná”. Também tem, logicamente, que... instituir a Universidade Federal do Paraná. Isso, acho que é impossível não é? Deve ser... mas são erros...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É realmente. Mas, será corrigido o erro da assessoria da Mesa, aqui.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Obrigado, senhor presidente!

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3347

Senhor Presidente:

O parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 358/2001, que torna obrigatório a inclusão, na Rede Pública Estadual de Ensino, da disciplina História do Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os Artigos nºs 132 e 133 do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3357

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação do Projeto de Lei nº 336/2001, item 05 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3344

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 274/2000, em 1ª Discussão, de autoria do nobre deputado Antonio Carlos Belinati, item 13, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Luiz Accorsi.

REQUERIMENTO Nº 3376

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 141/99, em 1ª Discussão, de autoria do nobre deputado Antonio Carlos Belinati, item 11, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 3345

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 Sessões do Projeto de Lei nº 157/2001, em 1ª Discussão, de autoria do nobre deputado Algaci Tulio, item 15, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 3338

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do Colunista Wilde Martini, falecido em data de ontem (09.10.2001) nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa capital, com 79 anos, em data de 09 de outubro de 2001, o senhor Wilde Martini, vítima de infarto.

Wilde Martini era o mais antigo colunista social em atividade no Brasil e havia completado 50 anos de profissão no último mês de março.

Considerado o primeiro colunista social do nosso Estado, Wilde começou sua carreira em Guarapuava, trabalhando no jornal Folha do Oeste, onde teve sua coluna "Rumores" publicada até 1964. Em 1951 começou a vincular um panfleto com a programação de filmes da cidade e comentários sobre inaugurações, roteiros de festas, etc. A partir daí despertou o interesse do jornal, que o convidou para escrever a coluna. Em paralelo, Martini apresentava o Programa chamado "Ronda Social", na rádio local. Além de colunista, exercia a função de contabilista. Por

este motivo transferido para Curitiba, onde passou a escrever no Jornal de Curitiba e no Diário da Tarde. Por motivos profissionais foi para Manaus e em 1976 retornou ao nosso Estado e ao jornal Diário da Tarde. Posteriormente escreveu no Diário do Paraná (1977 a 1986). Após o fechamento do jornal, foi para o Diário Popular, onde atuou até o seu falecimento.

À sua família enlutada - Sra. Jandira Chagas Martini (A/C Jornal Diário Popular - Rua XV de Novembro, 1190 - Centro - Curitiba/PR os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3353

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Gilberto Agibert, ocorrido no último dia 12 de outubro de 2001.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Gilberto Agibert, nasceu em 01.08.1921, no distrito de Patos Velhos, município de Prudentópolis, onde tornou-se um grande empresário do setor madeireiro. Como político foi eleito candidato único, prefeito de Prudentópolis, no período de 1969-1973.

Pai do ex-deputado Gilberto Agibert Filho, sogro da ex-deputada Vera Vitmechen Agibert, e pai do atual vereador de Prudentópolis, Gilvan Pizzano Agibert. Um grande pai e chefe de família.

Deixa um vazio que jamais será preenchido no coração dos seus familiares e amigos.

REQUERIMENTO Nº 3355

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Lélia Della Bianca Johnsson, ocorrido às 00h do dia 14 de outubro em curso, nesta cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Dona Lélia era esposa do ex-deputado federal Renato Johnsson com quem partilhou, durante muitos anos, a condição de companheira de um homem público que sempre se dedicou em atender a todos que o procuravam.

Foi dedicada esposa e mãe.

REQUERIMENTO Nº 3336

Senhor presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consul-

tado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos a todos os professores e Associações de Pais e Mestres pela passagem do “Dia do Professor” a comemora-se no próximo dia quinze de outubro.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Por ocasião da passagem do Dia do Professor, saudamos e agradecemos a todos os nossos docentes pela missão que exercem em todas as instituições de ensino com toda dedicação, esforço e amor. Temos certeza de que esta mensagem traduz os sentimentos dos paranaenses, que tanto se orgulham de seus professores, e dos brasileiros que vêem na educação do Paraná um dos mais importantes sistemas de educação do país. Os professores que lutam pelo progresso, renovam e fortalecem as esperanças deste grande país. Nossa homenagem é extensiva a todos os professores e professoras do Brasil e do mundo. Educar significa “trazer para fora” todos os anseios, desejos e aptidões de um ser humano em formação, fazendo-o capaz de reagir ao estímulo das turbulências da vida cotidiana. A educação hoje mais do que nunca tem um papel importante na vida de todo cidadão, dadas as dificuldades em nossos dias em vislumbrar parâmetros de dignidade, de honradez, de zelo pela coisa pública, de amor à vida, à natureza, às criaturas que nos rodeiam.

Educar é mais do que repetir as palavras de um livro didático; é procurar os caminhos que Deus traçou para todos os seres humanos.

São estas as razões do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 3337

Senhor presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, votos de congratulações aos delegados da Polícia Civil, Maurício de Oliveira Camargo, Nilson Rodrigues da Silva e José Aparecido Jacovós, respectivamente delegado-chefe da 9ª Subdivisão Policial de Maringá, delegado-adjunto da 9ª Subdivisão Policial de Maringá e delegado operacional também da 9ª Subdivisão Policial, que serão agraciados com o mérito comunitário e o brasão do município de Maringá, hoje, 11 de outubro de 2001.

Requer, outrossim, comunicação do feito aos senhores delegados Maurício de Oliveira Camargo, Nilson de Oliveira e José Aparecido Jacovós.

Sala das Comissões, em 15.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A segurança pública é uma função essencial do Estado, que deve zelar pela integridade física dos seus cidadãos e tranquilidade social, evitando a ocorrência das infrações penais e distúrbios que coloquem em risco a paz social.

Em razão da violência que impera no cenário da humanidade, mais do que nunca hoje ser policial é defrontar com o perigo, com a morte, dadas as circunstâncias em que se encontram nossas instituições públicas, sem equipamentos necessários para preservar as vidas desses policiais em seu trabalho.

Os delegados que hoje estão recebendo esta homenagem cumprem com suas funções da forma mais digna e honrosa, propiciando para toda a população o bem-estar de viver em paz e segurança. Pela maneira com que os delegados Maurício de Oliveira Camargo, Nilson de Oliveira e José Aparecido Jacovós todos da 9ª Subdivisão Policial de Maringá conduzem e protegem a comunidade maringense, os faz merecedores do mérito comunitário e do brasão da cidade de Maringá, uma homenagem que vem atestar suas importâncias para todos os maringaenses.

Devemos homenagear todos esses brilhantes profissionais que defendem vidas, zelam pelo bem-estar de todos, e estão sempre trabalhando pela segurança de nossa população.

REQUERIMENTO Nº 3341

Senhor Presidente:

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações ao doutor Sebastião Tramontin, membro da comissão organizadora do XXX Congresso Brasileiro de Radiologia, VII Congresso Brasileiro de Ultra-Sonografia e da X Jornada Paranaense de Radiologia, VI Jornada da Associação Franco-Brasileira de Radiologia e da VI Jornada Latino-Americana de Radiologia Pediátrica, pela realização dos mesmos.

A programação científica foi preparada criteriosamente, para que os assuntos fossem tratados de uma forma abrangente e ao mesmo tempo centrada em pontos importantes de inovação e relevância para as diversas especialidades, dando a oportunidade para muitos profissionais da área, fazerem um intercâmbio de experiências e conhecimentos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Dr. Sebastião Tramontin, membro da comissão organizadora dos eventos acima citados, na Rua Coronel Francisco Ribas, 712 - Ponta Grossa-PR- 84010-260.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3348

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos aos professores do Estado do Paraná, em homenagem ao Dia do Professor comemorado no dia de hoje 15.10.2001.

Do aprovado requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente da APP - Associação dos Profes-

res do Paraná, professor Romeu Gomes de Miranda, no endereço: Rua Voluntários da Pátria, 475 - 14º andar - Edifício Asa - Curitiba - PR CEP 80.020-926.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Acredito que a justiça começa na Educação. A maior obra de um Governo, é investir na construção do cidadão.

Nos dias em que vivemos onde a violência, a corrupção, o desânimo e o descrédito tomam conta da sociedade, é preciso que olhemos para a educação, para nossos educadores que formam os jovens cidadãos de nosso Paraná, de nosso País.

Precisamos dar aos nossos educadores a segurança, a garantia de seus direitos, a valorização dessa tão digna profissão.

Hoje, e em especial neste dia em que se comemora o Dia do Professor, gostaria de reafirmar meu compromisso na busca de soluções para atendimento das reivindicações dos professores do Paraná, na melhoria da qualidade do ensino, pois assim estaremos atendendo os anseios das famílias, fortalecendo a cidadania de nossas crianças, de nossos jovens paranaenses que tanto necessitam de um mundo mais fraterno e mais justo.

Aos professores do Paraná nosso reconhecimento pela árdua tarefa de formar cidadãos responsáveis e capazes de construir um país mais justo.

REQUERIMENTO Nº 3342

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações ao doutor Aldemir H. Soares, presidente do Colégio Brasileiro de Radiologia, ao doutor Manoel de Oliveira Saraiva Neto, presidente da Sociedade de Radiologia do Paraná, ao doutor Sebastião Tramontin, doutor Luiz Karpovas e doutor Fernando Alves Moreira, membros da comissão organizadora do XXX Congresso Brasileiro de Radiologia, VIII Congresso Brasileiros de Ultra-Sonografia e da X Jornada Paranaense de Radiologia, VI Jornada da Associação Franco-Brasileira de Radiologia e da IV Jornada Latino-Americana de Radiologia Pediátrica, pela realização dos mesmos.

A programação científica foi preparada criteriosamente, para que os assuntos fossem tratados de uma forma abrangente e ao mesmo tempo centrada em pontos importantes de inovação e relevância para as diversas especialidades, dando a oportunidade para muitos profissionais da área, fazerem um intercâmbio de experiência e conhecimentos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao doutor Aldemir H. Soares, presidente do Colégio Brasileiro de Radiologia, ao doutor Manoel de Oliveira Saraiva Neto, presidente da Sociedade de Radiologia do Paraná, ao doutor Sebastião Tramontin,

doutor Luiz Karpovas e doutor Fernando Alves Moreira - membros da comissão organizadora dos eventos acima citados, na Rua Coronel Francisco Ribas, 712 - Ponta Grossa - PR CEP 84010-260.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3351

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Antonio Olinto pela passagem do seu 40º aniversário de emancipação política no próximo dia 24 de outubro/2001.

Requer, outrossim que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. José Cleomar Machiavelli, prefeito municipal, vice-prefeito, senhor Rogério Milléo, bem como a todos os senhores vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Antonio Olinto.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que nesta feliz data, de 24 de outubro/2001, o município de Antonio Olinto estará comemorando seus 40 anos de emancipação política. Assim sendo, elevamos nosso pensamento ao Todo-Poderoso para que abençoe seus administradores e toda a população que dia-a-dia vem colaborando e dando o melhor de seus esforços para o engrandecimento cada vez maior de seu Município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se às comemorações que serão prestadas ao Município nesta data tão significativa e à população que no decorrer desses anos, prestaram apoio incondicional, o nosso abraço fraterno na certeza de que continuarão com a mesma garra desempenhando o importante trabalho em prol do bem comum.

REQUERIMENTO Nº 3352

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa, votos de congratulações pelo transcurso, nesta data, do Dia do Professor.

Requer ainda que se dê ciência deste requerimento à Diretoria da Associação dos Professores do Paraná-APP, bem como aos seus núcleos regionais.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Neste 15 de outubro, queremos nos solidarizar com a classe do magistério paranaense, visivelmente

injustiçada e que há anos vem vivendo de promessas não cumpridas.

Aos nobres professores de nosso Estado, neste seu dia, manifestamos nossos melhores votos de que num amanhã muito próximo, possam realmente comemorar esta data, conquistando seus planos de cargos e salários, garantia de trabalho e aposentadoria digna.

Nossos parabéns pela luta incessante e pela dedicação dispensada à educação de nossas crianças.

REQUERIMENTO Nº 3368

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à revista Pista Livre, pela comemoração de seus dez anos.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A revista Pista Livre S/C Ltda está comemorando seus 10 anos de existência. Fundada em 29 de setembro de 1991, tem sede em São José dos Pinhais.

A revista é uma publicação voltada especialmente para cobrir e divulgar eventos de automobilismo e nestes 10 anos destacou-se no Estado do Paraná e no Brasil especialmente pela sua qualidade e pelos serviços prestados. Por este motivo já recebeu diversas premiações, como:

- Melhor veículo de divulgação de esportes automobilísticos;
- Troféu Imprensa do Paraná - destaque 1991 no automobilismo;
- Diploma "Melhores do Paraná" - 1991 - Internacional Press Jornalismo e Promoções do Brasil Ltda;
- Troféu "Melhor Veículo de Comunicação" do Panamericano de Kart - 1994 - RBS-TV de Florianópolis/SC;
- Troféu "Melhor Revista de Automobilismo" - 1996 - Força Livre Promoções e Eventos Ltda;
- Troféu "Revista Destaque de 1997" no Campeonato Paranaense de Velocidade na Terra. Troféu Catarino Anderatta, como "Revista Mais Completa do Automobilismo de 1998", em Porto Alegre.
- Troféu "Revista Destaque do Segundo Campeonato Sul Brasileiro de Kart de 1999" - Fenasc e Codesc;
- Diploma "Melhor Veículo de Comunicação de 2000" - Câmara Municipal de Curitiba;
- Diploma de votos de louvor e reconhecimento 2001 - Câmara Municipal de São José dos Pinhais.

Com uma excelente equipe de trabalho, tendo à frente o proprietário e diretor - João Acir F. Santana e o jornalista responsável Renê Miranda, a revista Pista Livre tem enfrentado os muitos desafios que se interpõem no caminho dos que buscam (e neste caso alcançam) o sucesso. A fórmula para chegar até aqui foi o trabalho incansável e a dedicação que sua equipe sempre empre-

endeu, acreditando que este é o único caminho para se alcançar os objetivos.

Pela comemoração de seus gloriosos 10 anos de fundação, receba a revista Pista Livre (Rua Joaquim Nabuco, 2151 - CEP 83055-160 - São José dos Pinhais/PR), através de seu diretor, João Acir F. Santana e, o jornalista responsável, Renê Miranda, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3369

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à BPW de Pontal do Paraná, pela posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A BPW do município de Pontal do Paraná empossou sua nova diretoria em 28 de agosto, que ficou assim composta:

Diretoria:

- presidente: Eurli Terezinha Fernandes
- 1º vice-presidente: Paula Regina Martins
- 2ª vice-presidente: Jane Bamondes Appel
- 1ª secretária: Maria Lúcia da Rosa
- 2ª secretária: Márcia de Mello Resende
- 1ª tesoureira: Miriam Ruth Nadolny
- 2ª tesoureira: Iracema Fagundes Corrêa
- presidente anterior: Francisco Kaminski

Conselho Diretor:

- Dorli Gessi Torres, Evanilda Ferreira Mendes, Ilda Maria Macedo de Souza, Ignês Blum, Isolete Coelho, Jacira Maria Teixeira, Jane Marin Cousseau, Maria Inês K. Brusco, Maria Inês C. da Silva, Maria Zilda Silveira, Matilde C. Carvalho, Noeli Ioris da Silva e Terezinha de F. X. Basso.

Assessorias e Coordenações de Comissões:

- Ass. de Comunicação: Luciana M. M. Ferreira e Maria de Fátima C. Aguiar
- Ass. Jurídica: Dra. Estela Dalva B. Lobão
- Ass. Planejamento: Sonia Regina de Souza
- Comissão de Condição da Mulher: Terezinha de Wanderley
- Subcomissão de Cultura: Terezinha F. Cardoso
- Subcomissão de Educação: Roline Maria V. Martins
- Subcomissão de Saúde: Thamira Castelo Branco
- Subcomissão de Trabalho - Arlete R. D. Silveira
- Subcomissão de Meio Ambiente: Laurecy Schmitz de Moraes
- Comissão de Negócios: Olga Maria Pupia
- Comissão de Sócias: Marilza Ferreira Alves.

A toda a nova diretoria (A/C BPW Ctba - Rua XV de Novembro, 6621 - S-507 - Centro - Ctba/PR), com desejos de sucesso na nova gestão, recebam

os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3370

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Escola de Música Guaíra, que está completando 50 anos de existência.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Escola de Música Guaíra de Curitiba está completando este mês seus 50 anos de fundação. Foi fundada pela pianista Leonilda Gaudêncio, em 1951, tendo a primeira sede localizada no Edifício Asa no centro da Capital.

No início dava aulas apenas de piano. Em 1967, por falta de espaço, mudou-se para uma casa na Avenida República Argentina, onde também começaram a ser ministradas aulas de violão, acordeão e teoria musical, preparatórias para o vestibular de música da Escola de Belas Artes do Paraná. Um ano depois, em 1968, a escola foi transferida para a Avenida Getúlio Vargas, aonde está localizada até hoje. Pelo local passam anualmente cerca de 200 alunos.

Estão matriculados na escola desde bebês, que passam pelo curso de musicalização para bebês até adolescentes e adultos interessados em aprender a tocar algum instrumento clássico ou mais popular.

A escola conta atualmente com 25 professores, e há um ano, também oferece aulas de desenho e pintura, além dos cursos de piano, teclado, violão clássico e popular, gaita de boca, guitarra, baixo elétrico, cavaquinho, percussão, acordeão, bateria, canto lírico e popular, flauta doce e transversal, violino, entre outros.

Pela comemoração de seus gloriosos 50 anos de fundação, receba a Escola de Música Guaíra, através de sua diretoria administrativa, Sra. Maria Emma Contin Oliveira de Antônio (Avenida Getúlio Vargas, 3089 - Água verde - Ctba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3371

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Umadec, pelo lançamento de seu primeiro número.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi lançado neste mês o jornal Umadec - União da Mocidade em Jardim Castelo Branco, nesta Capital.

O jornal, um informativo jovem, já nasceu com uma tiragem de 2.500 exemplares e muita vontade de

acertar. E com espírito otimista, com certeza vai trilhar um caminho de sucesso, pois já começou com perfil de veículo de comunicação conceituado: possui agenda mensal da Igreja Evangélica local, mensagens, notícias mundiais, reportagens interessantes, além de página de variedades, serviços e a página "Testemunhos", onde podemos, mais uma vez, vivenciar a manifestação de Deus em nossas vidas, através de relatos de irmãos.

O jornal nasceu de uma iniciativa da Igreja Evangélica Assembléia de Deus - Congregação de Jardim Castelo Branco que, mais uma vez busca chegar ao maior número possível de irmãos, de uma forma objetiva e muito útil, pois o jornal tem muita divulgação de serviços necessários ao dia-a-dia de todos. Assim, o Umadec presta também um elevado serviço social, pois está auxiliando na divulgação do comércio e serviços da região onde está inserido.

Pelo lançamento do jornal Umadec, receba toda a sua equipe de trabalho, através do Pastor Presidente José Pimentel de Carvalho (R. Antonio Giacomassi, 25 - Alto Boqueirão - Ctba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3356

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja aprovado por este Plenário o encaminhamento de ofício ao presidente da Copel, para que esclareça, no mais breve espaço de tempo, a origem e veracidade da denúncia veiculada no jornal Gazeta do Povo, em sua edição de 13 do corrente, à página 20, na coluna "Swann", com o seguinte teor:

"Multa na Copel - A Receita Federal aplicou multa de R\$50 milhões à Copel - a paranaense de energia, que será privatizada dia 31, na Bolsa do Rio".

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) CAITO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 3349

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo Sr. Governador Jaime Lerner, no sentido de determinar, ao setor competente, providenciar estudos para ser encaminhado a esta Casa, o projeto de lei criando gratificação para servidores públicos ativos e inativos no mesmo ou melhor percentual do concedido pelo Governo Federal.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste requerimento é a forma para solicitar ao Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner determinar estudos para encaminhamento de Mensagem a esta Casa para criar gratificação aos Servidores Públicos ativos e inativos no mesmo ou melhor percentual ao conce-

dido pelo Governo Federal, cujo projeto de lei foi encaminhado ao Congresso Nacional em data de ontem.

Conhecemos perfeitamente a situação por que passam os servidores públicos ativos e inativos com mais de (seis) 06 anos sem aumento, amargando um longo pesadelo. É necessário que o senhor governador e sua equipe finalmente se sensibilizem dando um tratamento minimamente justo àqueles que trabalham e colocam a máquina pública em funcionamento.

O próprio senhor secretário de Estado da Fazenda, Ingo Henrique Hübert, em declarações recentes à imprensa, informou que a arrecadação do ICMS no Paraná, entre 1994 e 2000, cresceu 200% (duzentos por cento).

A proposição em causa tem a mais alta procedência técnica e social. Com efeito, ela objetiva dar cunho do mesmo tratamento ao funcionalismo do Poder Público Federal, conforme noticiou toda a imprensa nesta data.

Este é o momento para se reparar uma injustiça cometida, pois é lógico que o servidor estadual tem e assume a mesma responsabilidade profissional e social com outros segmentos da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 3358

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o douto Plenário, REQUER ao Exmo. Sr. presidente desta Casa Legislativa, o encaminhamento de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, José Tavares da Silva Neto, bem como ao comandante da Polícia Militar do Paraná, solicitando a imediata instalação de um posto policial militar nos bairros Jardim Aviação e Jardim Maria Cecília, município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nosso requerimento justifica-se na medida em que essa região não possui módulo policial, estando portanto totalmente desassistida, além de serem bairros bastante populosos, com aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) habitantes. A violência tem aumentado assustadoramente nesses locais. Devido à falta de segurança, a população anda assustada pelo alto índice de assaltos e assassinatos ocorridos nos últimos meses.

Não temos dúvida que a instalação de um módulo policial com alguns policiais naquela região, inibiria em muito o acesso de marginais nas imediações, o que seria revertido em segurança para a população que ali reside ou que trabalha.

Por estes e outros motivos, esperamos especial atenção das autoridades competentes no sentido de resolução do problema existente.

REQUERIMENTO Nº 3372

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, sejam solicitados a S. Exa. o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, deputado Nelson Justus, as providências urgentes para restaurar a PR-340, no trecho Santo Inácio - Santa Inês - Itaguajé, em virtude de ela encontrar-se totalmente esburacada, causando prejuízos a todos que nela transitam.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 3373

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam solicitados a S. Exa. o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, deputado Nelson Justus, as providências urgentes para restaurar a PR-450, trecho entre a PR-170 e Centenário do Sul, em virtude de seu mau estado de conservação.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 3343

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado correspondência ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Secretaria dos Transportes, Nelson Justus, solicitando prioridade na recuperação asfáltica do trecho Castro/Tibagi- PR 340, tendo em vista que o trecho citado vem sofrendo grandes estragos com o tráfego de caminhões para o escoamento das safras dos municípios de Tibagi e da região, agravado ainda mais pelas recentes chuvas que tornaram aquela estrada, já naturalmente perigosa em razão de suas curvas, de falta de acostamento e de sinalização, ainda mais traiçoeira para aqueles que nela trafegam.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3375

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja expedida correspondência à Fundação Nacional de Saúde - Funasa, parabenizando aquele órgão pela iniciativa de promover a vacinação contra a rubéola, de 5 de outubro a 17 de novembro de 2001.

Pela primeira vez será promovida a vacinação de mulheres entre 12 e 39 anos de idade contra a rubéola.

Essa iniciativa deve ser enaltecida, porque essa doença pode atingir sem sintomas as mulheres gestantes, causando seqüelas irreversíveis nos bebês, tais como surdez, cegueira e retardo mental.

A participação da sociedade é fundamental para garantir o sucesso da vacinação, sobretudo em se relevando que a síndrome da rubéola congênita é muito comum no Brasil, problema resultante de triste herança: a

prática histórica de promover vacinações apenas em campanhas e para crianças de até sete anos, deixando de fora as mulheres em idade fértil.

Segundo estimativa da Funasa, a vacinação deverá atingir 2.842 municípios.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3366

Senhor Presidente:

O deputado estadual que firma o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam consignados na Ata da Sessão de hoje, as felicitações deste Poder Legislativo ao município de Rio Negro, pela conquista do Prêmio de Qualidade em Educação Infantil, do Ministério da Educação, pelo segundo ano consecutivo, como município contemplado do Estado do Paraná.

A premiação recebida é prova incontestável do tratamento e da atenção que a atual administração de Rio Negro vem dedicando às crianças daquele município paranaense. É um trabalho que merece os aplausos de todos nós e é preciso constar dos Anais dessa Casa de Leis, o feito alcançado, como registro para posterioridade.

Do aprovado, requer que seja dada ciência para:

- senhor Ary Siqueira, prefeito municipal de Rio Negro - junto à Prefeitura local;
- senhora Ivanilde Kuhl Fernandes, secretária da Educação de Rio Negro - junto à Prefeitura local.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) ELIO LINO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3367

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em consonância com o disposto nos artigos 55, 74 *caput* e 75, inciso V, da Constituição Estadual, e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado pedido de informações ao senhor secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, contendo os seguintes quesitos:

1 - Qual o montante de recursos transferidos ao Fundo Paraná, desde sua instituição, em janeiro de 1998?

2 - Desde montante, especificar os valores destinados ao Fundo Paraná, na forma das alíneas “a” e “b”, do artigo 3º da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998.

3 - Quais os projetos de pesquisas e outros afetos à sua área de atuação, custeados, total ou parcialmente, pela Fundação Araucária, seus respectivos valores e entidades conveniadas?

4 - Quais os projetos de desenvolvimento tecnológico executado pelo Tecpar, ou por entidades com este conveniadas, com recursos do Fundo Paraná, e quais seus respectivos valores?

5 - No caso de ter havido aplicação de recursos do Fundo Paraná em programas e projetos estratégicos, con-

forme previsto no inciso III, do artigo 5º, da Lei nº 12.020/98, detalhar os referidos programas e projetos, respectivos valores e entidades executoras.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Algaci Tulio, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier, Irineu Colombo e Waldyr Pugliesi.

REQUERIMENTO Nº 3346

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Assembléia Legislativa do Estado do editorial do jornal Folha do Paraná de hoje (11/10/2001) intitulado “O TJ E A CPI”.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 3350

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Transcrição nos Anais da Casa, do artigo: “Carga Tributária entrava o Brasil”, de autoria do Dr. Gilberto Luiz do Amaral, presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, publicado no jornal O Estado do Paraná no dia 05 de outubro de 2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Gilberto Luiz do Amaral, bem como ao Dr. Paulo Pimentel, diretor presidente do jornal O Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração e à gratidão de seus semelhantes. O Dr. Gilberto Luiz do Amaral, analisou muito bem a situação de impostos no Brasil, que na verdade traz um problema muito sério para a competitividade das empresas e como de resto para a população em geral, pois com a globalização da economia, não há mais reserva de mercado e o capital vai para o País onde encontrar o melhor tratamento.

O próprio presidente norte-americano George W. Bush, solicitou ao Congresso para adotar rapidamente medidas de redução de impostos para reativar o crescimento econômico dos Estados Unidos.

“Para estimular a economia, o Congresso não precisa gastar mais dinheiro. O que temos que fazer é cortar os impostos”. Disse o presidente Bush.

A declaração do presidente animou imediatamente as bolsas norte-americanas.

A nossa cultura é pervadida de uma imensa sede de emancipação e de uma sentida fome de libertação. Uma leitura bem apurada do artigo do Dr. Gilberto Luiz do

Amaral discerne nestes momentos a irrupção do espírito. Onde se faz presente aí fecunda a liberdade.

A alta e o grande aumento de impostos foram durante os últimos anos relegados a uma função subalterna na compreensão do ser humano e na organização da sociedade. Sem a integração consciente da redução do número de impostos, ficamos cada vez mais pobres. Hoje compreendemos a urgência dessa medida e da remoção dos procedimentos que obstaculizam a emergência das riquezas que só os homens que comandam a nossa economia podem trazer para satisfazer a sociedade em geral. Por isso existe algo de sagrado e de messiânico no processo de libertação e redução de impostos.

Por todos esses argumentos é que solicitamos a transcrição, para os Anais da Assembléia Legislativa, do artigo "Carga tributária entrava o Brasil," do Dr. Gilberto Luiz do Amaral para que fique gravado para a posterioridade.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 514/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a conceder isenção de ICMS ao moto-taxista, na compra de motocicleta de qualquer cilindrada.

Art. 2º - A isenção do ICMS refere-se à aquisição de uma motocicleta para cada moto-taxista, zero quilômetro, de fabricação nacional, cabendo ao decreto estadual especificar a abrangência desse direito à representação dessa categoria, forma de controle e objetivos a que se destina.

Art. 3º - A motocicleta que tratam os artigos anteriores somente poderão ser revertidos após 5 (cinco) anos de uso.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Não é preciso discorrer muito sobre a modernidade do presente projeto de lei. É uma questão de necessidade da classe dos mototaxistas, que hoje serve a uma grande parcela da população das cidades do Estado do Paraná. Trata-se, por isso, de atendimento da Câmara Municipal de Londrina, através de sua mesa diretora, que encaminhou-nos expediente sugerido o presente projeto de lei, o que achamos plausível dentro do aspecto isonômico à categoria dos taxistas, que têm esse direito ora apresentado em forma de projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 515/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedida a isenção de emolumentos cartorários e dos registros de que trata a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, na aquisição de imóveis da Cohapar - Companhia de Habitação do Paraná, financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação, desde que os adquirentes apresentem seus títulos em cartório, para lavratura da escritura ou registro, até o dia 31 de outubro de 2002.

Parágrafo Único - Fica estendida a isenção de que trata este artigo, na regularização fundiária dos imóveis, dos assentamentos humanos de família de baixa renda, através dos títulos de concessão do Direito Real de Uso ou Promessa de Concessão, emitidos pelo Poder Público.

Art. 2º - Os Poderes Executivos e Judiciários editarão normas complementares, no âmbito das respectivas competências.

Art. 3º - A Cohapar - Companhia de Habitação do Paraná e o (as) cedente(s) de imóvel de sua propriedade, a exclusivo critério da primeira, ficam dispensados da apresentação das certidões dos diversos distribuidores, na realização do ato definitivo de domínio.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 15.10.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura pretende beneficiar a população de baixa renda, que só assim poderão regularizar seus imóveis adquiridos com tanto sacrifício.

Com a isenção dos emolumentos cartorários e de registro, bem como a dispensa da apresentação das certidões, esta população supracitada poderá ver seu sonho da casa própria completamente realizado face à possibilidade de legalização do seu bem imóvel.

Contamos com a aprovação dos nobres pares na aprovação deste projeto de lei que sem dúvida alguma beneficiará uma grande parcela da população de nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 516/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, no âmbito de sua jurisdição, a Associação das Senhoras de Rotarianos de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas

Jurídicas sob o nº 77.593.549/0001-61, com sede à Rua Sete de Setembro, s/n, Centro, Dois Vizinhos-PR.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que a Associação das Senhoras de Rotarianos de Dois Vizinhos, tem-se enlevado no trabalho de manter, dirigir e colaborar com obras assistências daquele município, promovendo, organizando e desenvolvendo brilhantes campanhas e atividades que reverterem em benefício da população daquele município.

A declaração como entidade de Utilidade Pública Estadual reveste-se de extrema importância para que mencionada Associação possa usufruir de benefícios externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, solicitamos a aprovação da presente lei, pelo que, em nome da comunidade Rotariana do município de Dois Vizinhos antecipadamente agradecemos.

PROJETO DE LEI Nº 517/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, no âmbito de sua jurisdição, a Associação Garra de Judô e Karatê, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 78.687.704/0001-71, com sede à Rua Tiradentes, anexo Ginásio de Esporte, s/n, Centro, Dois Vizinhos-PR.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que a Associação Garra de Judô e Karatê, tem-se enlevado no trabalho de difundir, ensinar e estimular a prática de Judô e Karatê, desenvolvendo desta maneira a elevação moral e física da juventude, promovendo, organizando e desenvolvendo atividades que visam aprimoramento técnico, incrementando competições que reverterem em benefício da população jovem daquele município.

A declaração como entidade de Utilidade Pública Estadual reveste-se de extrema importância para que mencionada Associação possa usufruir de benefícios

externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, solicitamos a aprovação da presente lei, pelo que, em nome da população do município de Dois Vizinhos antecipadamente agradecemos.

PROJETO DE LEI Nº 518/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, no âmbito de sua jurisdição, a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Aparecidinha do município de Palotina, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 80.876.220/0001-12, com sede na localidade Linha Aparecidinha, s/n, no município de Palotina-PR.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que a Associação de Moradores e Agricultores das Linhas Aparecidinha, do município de Palotina, tem-se enlevado no trabalho de atendimento à área social, buscando soluções para os problemas comunitários, promovendo a união, a amizade e o espírito comunitário, organizando reuniões, festividades e atividades sociais, reivindicando melhorias e desenvolvendo atividades que reverterem em benefício da população daquela comunidade.

A declaração como entidade de Utilidade Pública Estadual reveste-se de extrema importância para que mencionada Associação possa usufruir de benefícios externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, solicitamos a aprovação da presente lei, pelo que, em nome da população carente da comunidade Linha Aparecidinha antecipadamente agradecemos.

PROJETO DE LEI Nº 519/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, no âmbito de sua jurisdição, a Associação de Moradores e Agricultores de São Clemente do município de Palotina, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 00.769.052/0001-27, com sede à Rua Principal, s/nº, localidade de São Clemente, município de Palotina-PR.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que a Associação de Moradores e Agricultores de São Clemente, do município de Palotina, tem-se enlevado no trabalho de atendimento à área social, buscando soluções para os problemas comunitários, promovendo a união, a amizade e o espírito comunitário, organizando reuniões, festividades e atividades sociais, reivindicando melhorias e desenvolvendo atividades que reverterem em benefício da população daquela comunidade.

A declaração como entidade de Utilidade Pública Estadual reveste-se de extrema importância para que mencionada Associação possa usufruir de benefícios externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, solicitamos a aprovação da presente lei, pelo que, em nome da população carente da comunidade de São Clemente antecipadamente agradecemos.

PROJETO DE LEI Nº 520/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, no âmbito de sua jurisdição, a Associação de Moradores da Linha São Luiz do município de Palotina, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 95.583.365/0001-00, com sede na localidade Linha São Luiz, s/n, município de Palotina-PR.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que a Associação de Moradores da Linha São Luiz, do município de Palotina, tem-se enlevado no trabalho de atendimento à área social, buscando soluções para os problemas comunitários, promovendo a união, a amizade e o espírito comunitário, organizando reuniões, festividades e atividades sociais, reivindicando melhorias e desenvolvendo atividades que reverterem em benefício da população daquela comunidade.

A declaração como entidade de Utilidade Pública Estadual reveste-se de extrema importância para que mencionada Associação possa usufruir de benefícios

externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, solicitamos a aprovação da presente lei, pelo que, em nome da população carente da comunidade de São Luiz antecipadamente agradecemos.

PROJETO DE LEI Nº 521/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Guaraituba, com sede e foro no município de Colombo- Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Guaraituba, criada em 2000, é pessoa jurídica de direito privado, sendo o órgão de representação dos pais e dos professores do estabelecimento de ensino. A entidade não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros.

Tem sede e foro à rua Hélio Dalprá, 353 - Guaraituba, município e comarca de Colombo, sendo seu estatuto registrado sob o nº 346, do livro A-02 no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da comarca de Colombo - Paraná, em 26 de abril de 1994, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 00.066.080/0001-88.

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Guaraituba, tem por finalidade:

- Prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar;

- Integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando a realidade dessa mesma comunidade;

- Proporcionar reais condições ao educando de crítica e participação no processo escolar, apoiando a livre organização dos grêmios estudantis;

- Representar pais de alunos, junto ao estabelecimento de ensino, de conformidade com o disposto na letra "F" do art. 11, do Regimento Escolar, conforme Resolução nº 2000/91;

- promover o entrosamento sistemático entre pais, alunos, professores e membros da comunidade, através do desenvolvimento de atividades sócio-culturais-desportivas-saúde-meio ambiente, dentro do previsto no regimento escolar;

- Contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, celebrando para tanto contrato e/ou convênios com a administração pública e organizações não governamentais;

- Discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência ao educando, o aprimoramento do ensino e para a integração família-escola-comunidade.

Atualmente a APM da Escola Estadual Guaraituba realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associações de Pais e Mestres na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 522/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Estabelece isenção de pagamento em praças de pedágio instaladas em rodovias do Estado do Paraná, para veículos cujos proprietários, trabalham e ou estudam em outros municípios e que façam uso deste trajeto diariamente.

Parágrafo Único - A comprovação a que se refere este artigo deverá ser feita através de declaração de matrícula do estabelecimento de ensino e/ou carteira de trabalho ou contrato de trabalho.

Art. 2º - Esta lei entrará em, vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa isentar de pagamento nas praças de pedágios, proprietários de veículos que trabalhem e ou estudem em outro município e que façam uso do trajeto diariamente.

Muitos são os casos de pessoas que estudam e trabalham em outro município e retornam no final do dia para suas casas situadas em municípios conhecidos como município-dormitório. O gasto destes usuários é bastante elevado, considerando que muitas vezes o trajeto é feito mais de duas vezes ao dia.

Exemplos claros desta situação são aqueles municípios que contam com estabelecimento de ensino superior e que diariamente recebem estudantes de outros municípios da região. Da mesma forma, muitos são os que possuem empresas cujos funcionários residem em outros municípios.

Para se absterem do pagamento do pedágio, procuram-se caminhos alternativos, os quais muitas vezes coloca em risco a vida dos usuários.

Desta forma, nada mais coerente do que a isenção de pagamento daqueles usuários que diariamente fazem uso de trechos de rodovias pedagiadas, para o que contamos com a aprovação dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 523/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A isenção de ICMS concedida à aquisição de veículos novos destinados à utilização na categoria aluguel - táxi, nos termos do Decreto 4572/2001, item 78-A, de 16.10.2000, fica estendida 'aquisição de motocicletas, com motor de até 250 cilindradas, que sejam destinadas à utilização como veículo de aluguel-táxi.

Art. 2º - A isenção que trata o artigo anterior, submete-se aos mesmos termos e condições estabelecidas no citado decreto, no que for aplicável à espécie.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Hermes Fonseca, Irineu Colombo e Ângelo Vanhoni.

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei visa estender o benefício dado aos taxistas constante do Decreto 4572/2001, que isentou o ICMS para a aquisição de veículos novos destinados a motoristas profissionais, na categoria de aluguel - táxi, aos moto-taxistas, por se tratar de categoria similar, e que igualmente contribui expressivamente com a economia paranaense.

Quanto à regulamentação, a proposição em tela remete ao Decreto nº 4572/2001, de 16.08.2001, aplicando-se o que for cabível para o caso, vez que a disciplina e circunstâncias são similares.

Dessa forma, por uma razão de justiça para com esta importante categoria, é que se apresenta este projeto de lei, isentando de ICMS as motocicletas, com motor de até 250 cilindradas de potência, ao tempo que se pede o apoio dos nobres pares para tramitação e aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

No Horário do Pequeno Expediente, primeira oradora inscrita, deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

(Lê):

“DIA DO PROFESSOR

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Hoje, 15 de outubro comemoramos o Dia do Professor. Todos os paranaenses que acompanham o

momento crítico pelo qual passa a educação no Estado principalmente os professores deve estar se perguntando, comemorar o quê? Comemorar os seis anos sem aumento salarial? Comemorar o processo democrático de eleições nas escolas? Comemorar a forma de atenção e o incentivo recebido para um contínuo aperfeiçoamento?

Vamos comemorar, sim. Ser professor é ser agente de cidadania. No mundo da globalização não podemos ficar longe do conhecimento, longe dos acontecimentos, longe do ato de aprender. Vamos comemorar, sim. O professor tem o seu valor, tem seu mérito, pois muito colaboraram para nossa cultura! Seu trabalho incansável e de muita dedicação, instrui nossa juventude. A Juventude é o futuro de nosso país. O Brasil que queremos no futuro passa pelas mãos do professor.

No Brasil, no Paraná de hoje, ainda falta real conscientização dos governantes com relação à importância da educação no mundo globalizado e da real dificuldade de nos tornarmos uma nação de cidadãos sem uma ação conjunta e coerente para a superação de nossa carência educacional. Para ensinar cidadania plena, direitos e deveres aos jovens o professor tem de ser tratado como cidadão e isto só vai acontecer quando uma decidida vontade política motivar a sociedade. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná pode dar um primeiro passo com um efetivo engajamento para viabilizar a discussão e aprovação dos projetos de leis de interesse do nosso educador como o que cria o Plano de Cargos, Carreira e Salários e o que estabelece o processo de eleições diretas nas escolas.

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada. Este nosso passo pode restabelecer a dignidade aos nossos educadores e fazer do dia do professor um dia de muitos motivos de comemoração.

Para encerrar, senhor presidente, tenho uma convicção: desde a mais elevada profissão até a mais simples de todas devem muito aos nossos educadores. Parabéns aos nossos educadores. O dia do professor deve ser sempre comemorado”.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados.

Inicialmente me somo à manifestação da deputada Luciana Rafagnin, para desta tribuna, manifestar nossa solidariedade, nossos votos de congratulações e carinho aos professores do Estado do Paraná, aos professores, evidentemente, de todo o território brasileiro, que neste 15 de outubro comemoram o seu dia, o Dia do Professor, seja professor do ensino fundamental, do ensino secundário, seja do ensino universitário, seja professor de uma pré-escola, de uma creche, seja professor de idiomas estrangeiros, seja professor de uma pós-graduação. Todos

eles têm, evidentemente, no dia de hoje, o seu dia a comemorar e não poderíamos nós, aqui, na Assembleia deixar de registrar o Dia do Professor, comemorado neste 15 de outubro.

É, evidente, e bem frisou a deputada Luciana Rafagnin, que em função principalmente dos últimos acontecimentos havidos aqui na Assembleia Legislativa, no Estado do Paraná, principalmente, os professores da rede pública estadual pouca coisa têm a comemorar. Talvez até pelo contrário, talvez tivessem até que lamentar as coisas que não estão acontecendo nos últimos tempos.

Lembro que ainda no ano passado, quando comemorávamos aqui e homenageávamos os professores, falávamos aqui do PCCS (Plano de Cargos Carreiras e Salários dos Professores) que há 1 ano está a tramitar na Assembleia Legislativa, sem que se encontre uma solução para isso, mesmo tendo regime de urgência aprovado para a tramitação desse projeto. Outras tantas reivindicações, e a mais recente e a mais calorosa dos últimos dias, diz respeito à revogação do Decreto 4313, que foi reivindicada pela representação dos professores do Paraná, o Sindicato e Associação dos Professores, (APP), foi reivindicado por pais e alunos, por trabalhadores em educação. E não só essa Assembleia não deu atenção às reivindicações dos professores, e pior do que isso, o governador do Estado, demonstrando uma falta de respeito ao Poder Legislativo interfere no trabalho desta Casa e proíbe, via judicial, que nós possamos discutir a tramitação de um projeto de decreto legislativo! E, evidentemente, ao tramitar esse projeto, tentamos revogar o Decreto 4313.

Nossa solidariedade aos professores, e nosso lamento ao comportamento, não só de alguns parlamentares desta Assembleia, mas ao comportamento anti-democrático do Governo do Estado, que não atende às reivindicações dos professores. E pior, interfere na livre condição de trabalhar, que deveria ter a Assembleia Legislativa a propor uma ação de inconstitucionalidade, propondo o cerceamento do trabalho!

Também, senhor presidente e senhores deputados, estamos protocolando e pedimos apoio dos senhores deputados para um requerimento, que estamos apresentando na tarde de hoje, que pede informações a respeito dos recursos arrecadados, destinados e utilizados pelo Fundo Paraná, pela Fundação Araucária, pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Lembro quando fizemos a Constituição do Estado em 1989, que lá no artigo 205 foram destinados 2% da arrecadação tributária para ciência e tecnologia. Por diversos anos e por diversas vezes em muitas tentativas no governo do Roberto Requião, o deputado Algaci Tulio, a deputada Emilia Belinati, à época, o deputado Paulo Maia, o deputado Rafael Greca, o secretário Adhail Sprenger Passos, nós, na liderança do PMDB e do Governo e outros deputados, tentamos regulamentar o artigo 205 e não foi possível. No primeiro mandato do governador Jaime Lerner tivemos muitas dificuldades,

mas ao final conseguimos regulamentar o artigo 205, da Constituição Federal, e desde o dia 9 de janeiro de 1998, está em vigor a Lei 12.020 que regula toda essa questão ligada aos 2% da arrecadação tributária para Ciência e Tecnologia.

Confesso ao presidente desta Casa, desta Sessão, e aos demais deputados, que desde que se instituiu a regulamentação do artigo 205, que se estabeleceu esses 2% para Ciência e Tecnologia, que se criou o Fundo Paraná, que se criou a Fundação Araucária, que se criou o Paraná Tecnologia, que se criou o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, eu confesso aos nobres companheiros que nenhuma outra informação obtivemos a respeito do repasse desses recursos, daquilo que foi ou que não foi arrecadado, de que forma foi utilizado, quais as parcerias que foram feitas.

Por que essa razão, senhor presidente, estamos protocolando à Mesa um requerimento, que pede todas essas informações e que não é para o deputado Pessuti; é para esta Casa, e certamente muitas das pessoas que aqui estão gostariam de saber se realmente esse recurso está sendo arrecadado, se esse recurso está sendo utilizado, e de acordo com o que a legislação estabelece, e se este recurso realmente está sendo aplicado dentro daquilo que estabelece a legislação.

Por isso peço apoio aos senhores deputados para aprovação desse nosso requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Mais um final de semana, mais um feriadão, em que o povo de Curitiba, o povo do Paraná, mais uma vez sofreu nas estradas. Quando se imaginava que a implantação do pedágio poderia dar mais tranquilidade, mais sossego àqueles que pegam as estradas num período como este, de um feriadão, a coisa acaba acontecendo, exatamente ao contrário.

Venho à tribuna hoje, porque já na semana passado alertávamos esta Casa de algumas denúncias que saíram na imprensa citando problemas de escândalo de pedágio e a Comissão de Obras, reunida na semana passada, sob a presidência do deputado Edson Strapasson e nós fazendo parte dessa Comissão, entendemos que era necessário e o momento oportuno de se chamar as concessionárias do pedágio para que as explicassem perante esta Casa.

O Paraná ainda não tem uma agência reguladora na questão das concessionárias de pedágio e o que a gente tem visto, tem ouvido e pôde constatar no final de semana, não podemos mais ficar calados.

Neste final de semana, por exemplo, quem se aventurou a descer ao litoral do Paraná, teve sérios problemas. Logo aqui no início da BR-277 o Governo do Estado faz

uma obra de contenção de cheias, uma obra importante, diga-se de passagem, mas que porém causa problemas na rodovia e a ECOVIA não teve ainda a devida sensibilidade de achar uma alternativa melhor. Então, quem deixou para sair na sexta-feira, pela manhã ficou pelo menos 2 horas e meia, quase 3 horas, na estrada, e eu falo porque eu fui testemunha disso.

Sai daqui sexta-feira, às 10h30min da manhã, para cumprir um pedido que me foi feito por uma das equipes que participava de uma gincana, lá em Sangri-lá, em Pontal do Paraná. Entrei na rodovia às 10h30min da manhã e ainda que evitei o primeiro problema aqui na saída, em frente à Sanepar. Fui pela Avenida das Torres, entrei na Boneca do Iguaçu, em São José dos Pinhais comecei a enfrentar o problema, como enfrentam milhares de paranaenses, deputado Neivo Beraldin.

Não havia condições de tráfego! As duas mãos de uma via completamente tomadas, enquanto que outra, completamente vazia, era a pista que subia do litoral em direção a Curitiba.

Aí perguntamos ao pessoal da Ecovia; o pessoal não tem criatividade. Sabendo que na quinta-feira, na sexta-feira, o movimento maior era de quem iria descer, não de quem iria subir, por que não nestes trechos, aonde este problema de reparo de obras, por que não invadir a pista contrária, meia pista, liberar para o tráfego e descer com mais facilidade? Isto não aconteceu. Duas horas e meia, quase três horas, no trecho. Nós enfrentamos na sexta-feira, pela manhã. E por azar, cheguei com dois minutos de atraso para cumprir a etapa, uma tarefa de uma gincana lá em Sangri-lá. A gincana pedia que uma das equipes levasse ou que as equipes levassem deputados estaduais. Não sei qual era a finalidade. Não perguntei, mas fui. E fui o único a comparecer, porque as outras equipes não conseguiram contactar com os demais parlamentares. Cheguei com dois minutos de atraso, fazendo até algumas peripécias pela rodovia, para chegar em tempo e cumprir com este meu compromisso. Lamentavelmente, não consegui.

Então, senhor presidente, nós vamos ter que daqui até o final do ano, alguns “feriadões” ainda, pelo menos mais dois, sem entrar no Natal, Ano Novo, Carnaval e tudo o mais. E estas obras têm prazo para passar do final do ano.

Será que no próximo “feriadão” vamos novamente enfrentar toda esta situação? Vamos ter que encarar toda uma nova situação de dificuldades para chegar até o litoral? Será que o cidadão que desceu na sexta-feira está satisfeito em pagar R\$5,20 para ir, mais R\$5,20 para voltar, R\$10,40 para ficar três horas parado na estrada? É este o pedágio que estamos pagando aqui no Paraná? São estas as rodovias que queremos? Isto, sem contar, ainda, a estrada, a maneira como está a BR-277. Cheia de remendos, de degraus, sem melhor sinalização!.

Então, é um absurdo, minha gente! O cidadão tem que pagar R\$10,40, e olha que foram mais de 45 mil veículos que desceram para o litoral, neste final de semana,

pela 277. Isto, veículos leves, sem contar caminhões. São quase um milhão de reais que a empresa concessionária arrecadou, no final de semana, para o cidadão, com a sua família ficar mais de duas horas e meia parado na estrada, pagando um pedágio caro como o que nós pagamos.

É por esta razão que nós queremos da Comissão de Obras na próxima quarta-feira, começar a ouvir as concessionárias, enquanto não temos ainda uma empresa, uma agência reguladora do pedágio. É preciso, mais do que nunca, esta Casa exercer seu papel de fiscalização, através da Comissão de Obras, ouvindo o secretário de Transportes, Nelson Justus, saber o que é que a Secretaria tem cobrado das concessionárias em relação às rodovias. Ouvir das concessionárias!

Vejo o jornal Diário Popular, que traz os investimentos, a comparação, o comparativo de investimentos das concessionárias, do primeiro ano, do segundo ano, e do terceiro ano. Cada vez mais estão diminuindo os valores nestes investimentos, para as rodovias. Cadê a melhoria nestas estradas? Cadê as melhorias de acostamento, de sinalização? Cadê a melhoria às obras de infra-estrutura colocadas nas rodovias que são “braços” destas rodovias pedagiadas, que é compromisso dentro do processo, dentro do contrato que foi feito?

Então, senhores deputados, é por esta razão que venho hoje à tribuna, pedir aos senhores parlamentares, para que na próxima quarta-feira, muito embora seja este o papel do presidente da Comissão, deputado Edson Strapasson, mas eu antecipo aqui, não é uma reunião somente da Comissão de Obras. Os senhores parlamentares deverão estar presentes para questionar o secretário dos Transportes, para saber o que é que o governo está cobrando e cobrando muito bem o pedágio!

Enquanto isso, nós estamos pagando muito caro para passar raiva e descontentamento. Eu até sugeria hoje pela manhã, no meu programa de rádio, que todos que guardaram o canhotinho, que entrassem no Procon contra a concessionária, porque afinal de contas para R\$10,40 e ficar três horas quase na rodovia, é lamentavelmente privilégio para muita gente que desceu na sexta-feira e foi procurando, evidentemente descansar, passou raiva e descontentamento e no retorno, no sábado à noite, já tem que começar a se preocupar, que horas eu vou subir no domingo para não pegar engarrafamento.

Então, o pessoal perde o domingo, porque se preocupa em sair cedo do litoral. Se não sai cedo, deixa de almoçar, porque sai na hora do almoço. Se sai depois do almoço, só chega à noite em Curitiba. Quer dizer é uma situação crítica, é um desespero o que a gente enfrenta, nesta rodovia, BR 277, rodovia pedagiada com alto custo e muita dor de cabeça, para quem a utiliza, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário do Pequeno Expediente, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero também, referendar as palavras do deputado Algaci Tulio, no que diz respeito ao caminho do litoral do Paraná.

Neste sábado, eu desci até Antonina, para comemoração da Festa do Barreado. À noite, a neblina era forte e não há olho de gato. No mínimo olho de gato, para poder ter um pouco de visibilidade. Não há, portanto, a sinalização, que é requisito de uma estrada pedagiada.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, subo à tribuna na tarde de hoje, para relatar a viagem que fiz a Brasília, a convite da CPI das ONG's no Senado Federal.

Fui lá na condição de convidado e realizar uma extensão do trabalho que fazemos aqui na Assembléia Legislativa, no que diz respeito às ONG's e à Fundação O Boticário.

O assunto foi tão palpitante que acabamos levando duas horas de TV Senado, transmitindo em rede nacional. Esse nosso depoimento na CPI das ONG's do Senado, eu vou encaminhar uma fita ao deputado Nereu Moura, que está nos ouvindo com atenção e a todos os membros da Comissão do Meio Ambiente e também ao nosso líder das Oposições, deputado Waldyr Pugliesi, para que, aqueles que não tiveram a oportunidade de assistir à TV Senado, que façam a avaliação do grande debate que houve esse dia na CPI das ONG's do Senado, presidida pelo senador Cavalcante, relatora Mariluce Pinto, que, aliás, fiquei impressionado com a determinação da senhora Mariluce Pinto, demonstrando uma determinação ao trabalho demonstrando interesse pelo nosso patrimônio ambiental, sabendo, perfeitamente da importância que tem a nossa floresta brasileira.

Colhemos um depoimento que foi muito significativo, do senador Moreira Mendes, que discorreu sobre a questão da Amazônia, das ONG's da Amazônia e a questão ambiental brasileira. colhemos também um depoimento do senador Maguito Vilela, e um depoimento que é do PT, fez uma defesa veemente das ONG's americanas e das ONG's estrangeiras. Pude perceber, conhecendo o senador, aqueles que são eleitos em região em que as ONG's estão se apoderando, a grande maioria defende. Aí está inserido o grande capital internacional para comprar as nossas terras a preço barato e depois explorar a nossa biodiversidade ou para emitir bônus, conforme o Tratado de Quioto, que se refere ao sequestro de carbono.

Essas ONG's americanas compram as nossas terras em parcerias com as nossas ONG's. São como imobiliárias dos americanos. Agora, quem nos garante que os filhos, os netos da SPVS irão permitir que os nossos filhos e os nossos netos tenham acesso à cabeceira de rio, tenham acesso às estradas que levam a região Norte do nosso Estado, mais especificamente Guaraqueçaba? Quem nos garante que essas terras não tem o domínio americano, visto que o dinheiro é em dólar? Por que estamos permitindo isso? Por omissão! Por desconhecimento, ou por interesse de alguns? A fundação O

Boticário diz que criou a maior RPPM. Se não me engano, essa área é da União. Segundo o cartório de Antonina, esta área foi seqüestrada pelo deputado Anibal Khury, pela União em 1969. Agora, se criou uma RPPM de 800 hectares, quando a área é de 2.300 hectares. Estamos avaliando os documentos. Não há titulação definitiva, pela pesquisa que fizemos; há indícios de coisa feia. E o senado federal está com essa documentação para elucidar esses fatos.

Há uma precipitação por parte do Ministério Público Federal em dar um atestado de boa conduta. Há uma preocupação do Ministério Público Estadual em dar atestado de boa conduta aos SPVS, que celebrou inúmeros convênios com os governos federal e estadual, com valores de 200 e poucos mil reais, a cento e pouco, trezentos mil reais, várias vezes auditados para preservar o papagaio da cara roxa. Enquanto crianças do litoral e deste País passam fome, milhões de reais do povo brasileiro repassado para ONG's, que não têm compromisso de prestar conta ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, à sociedade organizada.

Enquanto empresas têm que pagar os seus encargos sociais; enquanto empresas têm que cumprir a obrigação da lei brasileira, as ONG's não têm o que fazer, não têm pelo menos o mesmo que fazê-lo.

Então, por que tantos milhões do Ministério do Meio Ambiente para preservar o papagaio da cara roxa? Por que tantos milhões do governo brasileiro para estimular o turismo no Parque Nacional do Iguaçu? Por que essa gente tem tanto espaço na imprensa? Claro, 40 milhões de dólares dos americanos para um projeto de sequestro de carbono!

Li esta semana no jornal, a SPVS ganhou o primeiro prêmio internacional pelo primeiro projeto de sequestro de carbono no Brasil.

Então, pergunto: onde está o projeto? Não há projeto no IBAMA! Não há projeto na Secretaria do Meio Ambiente! Não há projeto nenhum! É uma farsa, uma mentira!

Sabe o que há? Há aqueles nativos de Guaraqueçaba, de Antonina e Guaratuba, que vendem as suas terras, as suas posses, por alguns tostões e acabam nas grandes cidades, trazendo o problema urbano, saindo do seu habitat natural. Isso é que há.

Há também, um convênio de afirmativa da SPVS: construção da cozinha comunitária. Não há! Fui lá, pessoalmente, mentira! Convênio para plantio de 20 mil mudas de mata ciliar: mentira! Convênio para plantio de medicamentos, de ervas medicinais; lá naquele lugar tem grama, não tem ervas medicinais alguma. Ganham dinheiro pela fotografia; montam um cenário, tiram uma fotografia e aprovam um projeto; uma prestação de contas. Até quando esse País vai continuar conviando com esse tipo de coisa?

O Globo Repórter, a Rede Globo de Televisão foi a Guaraqueçaba e fez um Globo Repórter sobre o Salto do Morato. Rede nacional. Deve ter tido audiência no

mundo. Só que lá, um cidadão me disse: "enquanto uma atriz remetia o choro por que o cidadão colocava a mão num cesto, num ninho de papagaio, as crianças não eram atendidas de manhã às nove da noite no posto de saúde."

Então, o Boticário - a Fundação, não a empresa, que costumo dividir as duas coisas, porém em partes, porque tanto o presidente da Fundação Boticário, é presidente do Boticário, também - por que não ajuda na compra de pneus, para que o cidadão que faz o 2º grau em Guaraqueçaba, que tem que andar 30 Km! Por que não ajuda a arrumar um ônibus? Porque não constrói uma creche, uma escola? Por que não faz algo para o social, senão aquele velho jeito de malandragem; de fazer mídia, conquistar espaço com a miséria humana.

Então, senhores deputados, não estou convencido e pretendo ainda, deputado Pugliesi, ter uma extensão daquela reunião histórica que tivemos aqui na Casa, com o presidente da Fundação O Boticário e com o presidente da empresa Boticário, onde alguns deputados participaram. E nós estamos continuando, no mesmo jeito de caminhar, na busca de documentos.

Recebemos Atas, de alguns milhões de dólares da própria Fundação.

Temos visto, temos assistido um cenário que, evidentemente, que não nos favorece, porque estamos lutando contra o capital.

Estamos lutando contra aqueles que querem viver de farsa! Que querem se autopromover, mas não querem fazer a cartilha de casa, o dever de casa, que é agir localmente e pensar nacionalmente ou mundialmente.

Mas tem que agir localmente!

E o que nos move é esta questão.

Lá, localmente, no litoral do Paraná, verificamos as condições de vida do cidadão, a escola que está disponível para que eles possam estudar, o trabalho para que eles possam trabalhar, a creche para que o seu filho possa estudar, a saúde que a população precisa. Isto é precário!

Isto é precário! É pouco dizer que é precário!

Agora, a Fundação O Boticário, cobra R\$3,00 de ingresso para quem quiser ver a beleza do Salto Morato.

E olha, a cascata do Salto Morato existe, desde que existe natureza! Ninguém criou a cascata, para que alguém vá lá e cobre 3 reais de ingresso!

Se fosse para cobrar R\$3,00 de ingresso, então que a renda fosse para o município, ou para o cidadão!

Não para que a Fundação mantenha quatro funcionários!

Quem é que cuida de 2.300 hectares, com quatro funcionários da Fundação, sendo duas faxineiras?

Senhores deputados, precisamos fazer com que as coisas mudem neste País!

Um prefeito, para receber 5 mil reais do Governo, tem que prestar conta! Tem o Tribunal de Contas em cima, porque ele é em cima dos pequenos! E nem sempre tem equipe para prestar as contas corretamente, e uma ONG, uma Fundação, recebe milhões, e não tem a quem prestar contas!

Então, alguma coisa está errada neste momento!

Quanto é que o Estado passou de dinheiro para essa SPVS? Para quem que ela tem que prestar contas? Para ninguém!

Nós estamos assim, diante de um quadro que é preciso ser redesenhado.

Não podemos conviver com as dificuldades dos mais simples, dos mais pobres, enquanto alguns transitam no Brasil e no mundo, com enormes facilidades.

Não podemos continuar a aceitar que a nossa riqueza natural possa servir de artifício e de motivo para ganho de poucos, milhões! Essa é uma questão, que evidentemente, este País ainda precisa recolocar a ordem nos trilhos.

Então, senhor presidente, quero, neste momento, dizer aos senhores deputados que vou encaminhar uma fita, para que todos tenham conhecimento da reunião de Brasília.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário das Lideranças: PL, PST, PSL, PDT, PT, PTB.

PMDB, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados.

Estou vindo à tribuna, na tarde de hoje, no Horário da Liderança do meu Partido, o PMDB, para dizer um assunto que diz respeito exclusivamente ao nosso Partido, o PMDB. Por isso não falei no Pequeno Expediente, não vou falar em Horário das Oposições ou Grande Expediente, que é a vinda, ao PMDB, do nosso ex-governador Paulo Pimentel.

Sei que isso pode parecer estranho para algumas pessoas, mas aqueles que acompanham o nosso trabalho, aqui, na Assembléia Legislativa, na condição de presidente do Bloco Agropecuário, já puderam observar que em mais de uma oportunidade nós estivemos, nesta tribuna, falando a respeito do ex-governador Paulo Pimentel, falando principalmente daquilo que ele fez como governador, mas principalmente daquilo que ele fez como secretário de Estado da Agricultura do Paraná. E em todas as oportunidades que aqui viemos, sempre dissemos que sem sombra de dúvida, com respeito a todos os demais secretários de Agricultura que teve o Paraná, inclusive o presidente Hermas Brandão, o atual secretário Poloni, doutor Paulo Carneiro Ribeiro, mas a nossa avaliação pessoal, e sempre dissemos isso, Osmar Dias e Paulo Pimentel foram os secretários que, realmente, marcaram a sua trajetória na Agricultura.

O PMDB, na minha avaliação pessoal, cresceu e se engrandeceu com a vinda de Paulo Cruz Pimentel para as suas fileiras, porque Paulo Pimentel, nessa etapa da sua vida, da sua trajetória política, poderia evidentemente optar por permanecer onde estava, permanecer, de repente, dentro da sombra do grande guarda-chuva de um

Governo do Estado, sem participar da política, cuidando apenas dos interesses comerciais das suas empresas de comunicação, poderia, de repente, e talvez até sugestão para isso recebeu: olhe, fique quieto. Nós, aqui, do Governo Federal, vamos apoiá-lo em todas as iniciativas, vamos abrir novos espaços, quem sabe vamos corrigir o erro do passado, quando lhe tiramos a Rádio Iguaçu, quando tiramos a programação da Globo da sua televisão, quando lhe tomamos o jornal lá de Londrina, a sua revista. Talvez tudo isso tenha sido sugerido ao, hoje, empresário Paulo Pimentel, para que ele não adotasse a postura que adotou de se filiar a um partido político de Oposição ao atual Governo do Estado do Paraná, de Oposição ao Governo Federal e, quem sabe, deixar escapar uma série de possibilidades comerciais que suas empresas poderiam obter, deixar isso escapar e adentrar, dentro de um campo de participação ativa na política do Paraná, se expondo inclusive, na perspectiva de uma disputa eleitoral majoritária de senador, de governador ou em uma eleição proporcional, de deputado federal, colocando, de novo, o seu nome a julgamento da população, em uma fase evidentemente da sua vida que poderia já, como diriam outros, botar o pijama e ir para casa, porque certamente tem a consciência do dever cumprido enquanto cidadão, tem a consciência do dever cumprido enquanto político, tem a consciência do dever cumprido enquanto pai, enquanto esposo, enquanto avô, enquanto bisavô, talvez, que ele já possa até ser.

E fico realmente feliz, porque o PMDB adquire para suas fileiras um governador do Estado que nos quatro anos em que foi governador, construiu centenas de quilômetros de estradas neste Estado do Paraná, construiu uma das coisas mais importantes para este Estado, na sequência do trabalho de Ney Amintas de Barros Braga, que foi a integração do Paraná do Norte com o Paraná do Sul, do Paraná Norte Novíssimo que se desenvolvia com o Paraná tradicional, construiu usinas hidrelétricas no momento em que o capital estrangeiro nos abandonava. Paulo Pimentel veio, assumiu esta postura e construiu e eu me lembro, eu era guri e me entusiasmava até via aquele chapéu de palha, o governador com chapéu de palha, e quando lia por muitos e muitos lugares deste Estado do Paraná, placas: uma bola branca, verde escrito nela "Paraná, aqui se trabalha".

Foi portanto, o Paulo Pimentel um governador que nos engrandeceu, que estabeleceu um novo ciclo no desenvolvimento do Estado do Paraná implantando uma pecuária de corte de qualidade, substituindo animais de qualidade inferior por animais geneticamente melhorados, colocando realmente o Paraná num contexto agropecuário diferente daquele que tinha, foi um governador que andou por este Estado pregando realmente o entusiasmo, pregando realmente o trabalho, levando o nome do Paraná a todos os quadrantes deste Estado brasileiro, como um Estado onde se trabalhava, onde se produzia e onde se construía, diferente evidentemente do que acontece nos dias de hoje, onde as notícias que são levadas do

Paraná para o Brasil afora é a notícia da estrada esburacada, é a notícia da estrada pedagiada, é a notícia de uma companhia de saneamento que não cuida da qualidade de água, e a notícia de uma ferrovia vendida, é a notícia de um porto cedido a interesses econômicos outros, é a notícia da venda das nossas hidrelétricas, diferente daquilo que se ouvi quando Paulo Pimentel era governador deste Estado, quando ele era secretário de Estado da Agricultura.

Por isso, pessoalmente fiquei contente, fiquei satisfeito com a vinda deste baluarte, eu que sou médico veterinário e atuo nesta Casa, no dia-a-dia, nos interesses da agropecuária do Paraná, sempre tive na figura do Paulo Pimentel uma pessoa de destaque, na defesa dos interesses dos homens, das mulheres, do interior do Estado do Paraná.

Enquanto Jaime Lerner virou as costas para o interior do Paraná, enquanto Jaime Lerner prefere ir para Londres, para Nova Iorque, para Paris, para Hanover, para Tóquio, Paulo Pimentel ao seu tempo, com estradas ainda não pavimentadas, com aeroportos não com as qualidades que se fez construir depois, preferia percorrer os caminhos do Paraná demonstrando verdadeiramente que o sonho e o desejo dos paranaenses é que o Paraná cada vez mais se consolidasse como a terra do “aqui se trabalha, do aqui se constrói”, e não do “aqui se vende”, do “aqui se destrói”, do “aqui se desmancha”.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Pessuti, V. Exa. fala por todos nós do PMDB, porque o deputado federal, ex-governador, ex-secretário da Agricultura, não teve sequer uma contestação quando da sua entrada no PMDB. Pelo contrário, o nosso partido, que é conhecido como um partido aguerido, um partido vanguarda na defesa da moralidade intransigente, um partido de rebeldes, PMDB, não é fácil conviver no PMDB, o PMDB é um partido rebelde, um partido que luta incansavelmente, e quando alguém quer entrar no PMDB sempre existe questionamentos em relação a esta ou àquela liderança.

Com relação ao nosso companheiro Paulo Pimentel, foi unânime no nosso Partido o apoio à sua entrada, porque trata-se, como V. Exa. falou já com muita profundidade e com conhecimento de causa, de um homem que tem a vida limpa, pelo que nós conhecemos. Não existe sequer um fato que tenha desabonado a conduta do governador Paulo Pimentel.

Então, ele é bem-vindo ao nosso Partido e com certeza, deputado Pessuti, será muito útil ao Paraná, porque ainda é novo, tem uma longa vida pela frente e o povo do Paraná precisa do Paulo Pimentel exercendo cargos públicos, defendendo o nosso Estado e brigando pelo Paraná.

Quero cumprimentá-lo, e ninguém melhor que V. Exa. para fazer essa saudação, até porque V. Exa. tem essa longa história de convivência.

Nesta Casa já ouvi várias manifestações suas, falando do companheiro Paulo Pimentel.

Ninguém melhor que V. Exa. para dar as boas-vindas ao Paulo Pimentel, ao PMDB, e dizer a ele, que todos nós do PMDB somos unânimes em dar-lhe o apoio, em dar-lhe as boas-vindas e dizer que nós ficamos confortáveis com a sua presença no nosso Partido.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço o aparte que me ofereceu o deputado Nereu Moura.

Concluo dizendo que Paulo Pimentel ingressou no PMDB e engrandece ainda mais essa sigla do Paraná. Disse e lembrou bem V. Exa. Fosse ele um político de atuações duvidosas, fosse ele um empresário que também se comportasse de forma duvidosa e não teria Paulo Pimentel, ao longo desses mais de 40 anos de vida pública, saído com a imagem que saiu e estar vivendo a tranquilidade de não sofrer nenhum tipo de sanção, porque todas as perseguições que ele sofreu durante o regime militar, todas as situações adversas que ele enfrentou, em nenhum momento se provou nada contra a figura política do empresário, ou do homem público Paulo Pimentel.

Por isso, até tenho certeza e convicção de que ele agiu dentro da linha da correção, dentro da linha da probidade, porque se agindo errado, estivesse, certamente, não a justiça comum dos nossos dias de hoje, mas a Justiça Militar, a ditadura militar o teria banido da face da política paranaense e dos meios de comunicação. Se não conseguiram fazer isso, é porque a conduta dele certamente sempre foi uma conduta que nós deveríamos e deveremos sempre enaltecer.

Concedo o aparte ao ilustre deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário

Agradeço-lhe por conceder o aparte, porque eu somente queria me congratular e parabenizá-lo, como também o presidente do PMDB do Paraná, senador Roberto Requião, porque realmente a chegada do Paulo Pimentel no vosso convívio mudou, principalmente, analisando com mais profundidade, a regra do jogo no Paraná.

Paulo Pimentel representa, na minha opinião, uma das maiores figuras políticas do nosso Estado do Paraná.

Eu lembro, e aqui o Divanir Braz Palma que é de Maringá também deve saber que quando nós, com os nossos 17 ou 18 anos de idade, quando nós tínhamos que sair de Maringá para ir para Campo Mourão, nós ficávamos dois ou três dias na estrada quando chovia, e Paulo Pimentel, maior dificuldade e sem endividar o Estado, mas com recursos dentro da sua administração, levou o asfalto de Maringá até Campo Mourão. Maringá até Guaíra, passando por Umuarama, que era o grande sonho daquela região, Cianorte, e aqui está o Edno Guimarães, que sabe o quanto sofreu, o Nelson Garcia, quando Paulo Pimentel levou o asfalto de Maringá, até a cidade de

Paranavaí, passando pela cidade do Basílio Zanusso, Nova Esperança. Da mesma forma, Paulo Pimentel levou o asfalto de Rolândia até Porecatu. Pato Branco, Três Pinheiros, que também foi uma obra de Paulo Pimentel e ainda, o asfalto de Ponta Grossa até a divisa do Estado de São Paulo, a estrada que passa por Castro.

Então, de Paulo Pimentel, entre outras obras, nós estamos sempre enxergando o prédio das comunicações que é o prédio da Telepar que é até hoje, postal de Curitiba, quando alguém chega na nossa cidade.

Paulo Pimentel enfrentou a ditadura militar e infelizmente, quando ele podia ser ministro ou até galgar outras posições, veio o falecimento do seu amigo, presidente Costa e Silva, que faleceu e até hoje não se sabe como, e com isso, Paulo Pimentel começou a ser perseguido não só pelos militares, principalmente pela classe política do Paraná que tentou cassar o seu mandato, diversas vezes....

Por isso, não sei se Paulo Pimentel é candidato a senador, mas quero dizer que a volta de Paulo Pimentel ao cenário político do Estado, foi um dos acontecimentos mais importantes dos últimos anos, porque acredito que Paulo Pimentel demonstra ter sido um dos melhores governadores (nós somos educados, nunca queremos menosprezar o trabalho dos outros), mas Paulo Pimentel na minha opinião foi um dos homens que mais sofreu no cargo de governador e mais perseguido e mais fiscalizado e no final está aí, podendo dizer que governou de mãos limpas, que não tem processo, não tem denúncia, nada, porque foi realmente, um governo brilhante.

Por isso, meus parabéns ao PMDB. sinto que não tenha feito a sua filiação no Partido Social Liberal, mas reconheço que o PMDB é um dos Partidos mais fortes do Brasil e está muito bem em receber Paulo Pimentel.

Obrigado pelo aparte.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito tranqüilamente nós poderemos resolver esta questão da não filiação do Paulo ao PSL.

Basta que sentemos à mesa, conversemos e possamos estabelecer uma coligação para as eleições, do PMDB com o PSL, que V. Exa. a exemplo de nós, poderá estar no mesmo palanque com Paulo Pimentel e demais companheiros nossos do PMDB.

Concluo dizendo, deputado Cartário, que V. Exa. enriqueceu muito o nosso pronunciamento, porque discorreu sobre uma série e importantes obras que Paulo Pimentel fez, obras de integração e não de “entrega do Paraná”, porque infelizmente hoje, o Governo que governa o Paraná, faz isso: entrega as nossas estradas. O Paulo Pimentel não. Ele integrou com as estradas, o Paraná.

Outra coisa, só para finalizar. É uma das grandes broncas que tenho, e conversei com o governador Paulo Pimentel, para que ele pegue esta briga, porque, como se diz, é o pai da criança”: o nosso parque de Exposição Humberto de Alencar Castelo Branco, no município de

Pinhais. É um marco do progresso do Paraná. Ali se mostrou para os paranaenses, para os sul-americanos e para o mundo inteiro, o potencial da nossa indústria e agropecuária, mas o governador Jaime Lerner está desativando o Parque Castelo Branco e disseram nos corredores, nesses dias, que querem construir ali alguma coisa parecida e eu não conheço, alguma coisa parecida com o que existe lá em Paris, um tal de La Villet.

Outro marco daquilo que representou para o Estado do Paraná, Paulo Pimentel e tenho certeza que Pimentel e Requião, nossas principais lideranças, somadas aos nossos deputados estaduais e federais, aos nossos prefeitos, vereadores e aos nossos correligionários faremos um bom papel e um papel realmente importante na disputa de 2002.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Gostaria de convidar e lembrar os deputados da CPI do Rio Iguaçu, que amanhã, às 10h00 da manhã, haverá uma reunião no plenarinho da Assembléia, quando estão presentestécnicos da Secretaria do Meio ambiente e também do Instituto do Meio Ambiente do Paraná, para discorrer sobre a situação em que se encontra o Rio Iguaçu, nos dias atuais.

Então, gostaria de reforçar esse convite, que já foi encaminhado por escrito aos integrantes da CPI do Rio Iguaçu, para a reunião amanhã às 10h00 da manhã, no plenarinho da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No horário da Liderança do PPS, deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente e senhores deputados.

Achei importante ocupar aqui o horário da Liderança do PPS, para demonstrar algumas contradições que vamos vendo, ao longo da vida.

Quando se pretendeu privatizar o sistema telefônico brasileiro, imediatamente se disse que seria criado um organismo que regulamentaria e que fiscalizaria esse serviço. Está aí a Anatel. E o que é que nós temos visto, inclusive nestes dias de terrorismo? Inúmeras centrais telefônicas encontradas no Paraná, encontradas na Bahia. E naquela encontrada na Bahia, referências a pessoas do Paraná, que teriam ido lá pedir a instalação e montado essas centrais clandestinas.

Da mesma forma quando esta Assembléia tenta fiscalizar através da CPI, as empresas surgem, vão à Justiça para barrar qualquer tipo de investigação.

Abrimos os jornais e vemos lá o problema, que as distribuidoras não estão remunerando as empresas geradoras de energia. E portanto dando um calote na Aneel e em toda a população. E para isso, novamente, o Banco BNDS deve vir a financiar essas distribuidoras para cobrir um prejuízo que essas distribuidoras estão dando nas geradoras.

Então, vemos que também a Aneel neste momento, não fiscaliza ninguém, não leva a sério esse tipo de fiscalização.

E o pior é que se passa no Paraná. Concessionamos as nossas estradas, e até hoje não temos sequer uma agência reguladora.

Aí, escuto o deputado Algaci Tulio e o deputado Neivo Beraldin virem a esta tribuna criticarem o absurdo que ocorreu neste último final de semana, neste feriado, em que efetivamente, quem se dirigiu ao litoral paranaense ficou por horas na fila. E isso sem falar no estado em que se encontram as nossas estradas. E sem que ninguém fiscalize, porque até hoje esta Assembleia não conseguiu votar uma agência reguladora deste serviço de concessão.

Da mesma forma, se fala agora em vender a Copel e que teremos alguém que irá regular, alguém que irá fiscalizar, alguém que irá controlar. De que forma, senhores? Também nada foi apreciado e nada foi votado nesta Casa!

Da mesma forma, vemos agora, por exemplo, os municípios da região metropolitana fazendo um consórcio para o seu lixo. Quem vai regularizar isso? Quem vai fiscalizar? Porque, enquanto é um contrato de concessão dentro do município, ou é um contrato feito e auditado, as nossas Câmaras Municipais podem fiscalizá-lo a qualquer hora a qualquer dia. E a partir do momento que for formado esse consórcio, quem irá fiscalizar? Quem disse que o preço que será cobrado é um preço justo? Quem disse que o usuário ficará satisfeito com esse serviço?

Então, nós notamos que, desde a telefonia, onde todo mundo dizia: Ficou mais fácil ter telefone. Ficou, só que esquecem que não foi para isso que houve a concessão do serviço, para proporcionar mais linhas. Este é um investimento relativamente barato, se levarmos em conta o preço cobrado pelo serviço. E aí, sim, as empresas que se instalaram no Brasil, têm ganho muito dinheiro com a venda do serviço!

Concedo o aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Muito obrigado pelo aparte, deputado Marcos Isfer.

Na semana que passou a Comissão de Meio Ambiente convocou a Comec e também a Somec que veio representada pelo secretário metropolitano, Fernão Accioly. E nós colocamos toda a nossa preocupação, que V. Exa. coloca, em relação ao consórcio de lixo metropolitano. Então, os municípios têm três opções: eles aderem ao consórcio coletando lixo, ou passando para o consórcio a coleta, o custo e o destino final do lixo.

Na verdade colocam que a Caximba está no seu limite e é preciso encontrar uma nova Caximba. O que pretendem? Pretendem criar um consórcio, fazer uma licitação pública, passar para a iniciativa privada, localizar um local adequado e viabilizar o lixão, coletar o lixo dar o destino final. Agora, quem é que vai elaborar o edi-

tal, a não ser Curitiba? Quais são os critérios desse edital, por 25 anos, uma concessão? Nós estamos diante de um novo pedágio, literalmente!

E o que há de mais grave, o prefeito de Curitiba, desde que assumiu a Somec, não convida os deputados da região metropolitana, o que se fazia, antigamente, para que pudéssemos acompanhar a evolução dos interesses da região metropolitana.

Não sei se é por deliberação dos prefeitos, mas sempre tivemos essa oportunidade de conviver com os prefeitos da região metropolitana, visto que atendemos esse município e aqueles.

Então, deputado Marcos Isfer, V. Exa. aborda um assunto importante. Esse edital é que vai fazer a diferença, os 25 anos é que vão fazer a diferença. O local do aterro é que vai fazer a diferença. Será que um aterro só resolve? Se construirmos um aterro numa região, podemos atender a outra? São várias as indagações.

Muito obrigado pelo aparte e cumprimento V. Exa. pelo assunto oportuno que levanta.

O SR. MARCOS ISFER

Mas o assunto é justamente sobre o controle do cidadão sobre aquilo que o Estado concessionaria, sobre aquilo que o Estado repassa. Se nós, nesta Assembleia, mal e mal fiscalizamos uma empresa como a Copel, que faz uma série de contratos em que ela se torna minoritária, se nós, mal e mal fiscalizamos o que se passa hoje, em relação ao pedágio, se nós não fiscalizamos uma série de outras ações, como nós queremos que mais serviços sejam concessionados ou repassados? Eu acho que é esta discussão que devemos levar em conta porque esses que defendem essas concessões, dizem: - Vejam, no mundo inteiro você tem isso. E apontam, sempre, os Estados Unidos da América como exemplo de País mais liberal, onde as coisas acontecem bem. E esquecem que lá, por exemplo, há a fiscalização dos direitos do cidadão, dos direitos do usuários. A responsabilidade civil é para valer.

Lá, por exemplo, se um médico, e o deputado Accorsi, que é médico sabe bem disso, se um médico faz um erro numa cirurgia, ele acaba sendo processado. Se lá um cidadão ao adentrar num prédio público que esteja sendo limpo e não tenha avisos que ali deve tomar cuidado e sofre um acidente, imediatamente é acionado aquele órgão, seja público ou privado, enfim, há um direito respeitado, do cidadão, do usuário.

Aqui no Brasil, nós estamos ficando sem o serviço e sem o respeito.

Então, acho muito importante que esta Assembleia peça, senhor presidente, que seja montada, talvez até uma comissão para nós sentarmos e começarmos a, rapidamente, analisar essas agências reguladoras.

Está aí a do pedágio, está aí a das águas, está aí a do lixo, que vai ser criado o consórcio, estão aí inúmeras agências reguladoras; o serviço de gás, que se pretende também concessionar. Tudo isso precisa ser muito bem regulamentado, para que efetivamente o cidadão tenha

seus direitos respeitados e não apenas seu dever de pagar impostos.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero fazer uma retificação e desculpar-me com os parlamentares. Na verdade, a reunião da CPI do Iguaçu é quarta-feira e não amanhã. Eu confundi com terça-feira. Mas é quarta-feira, no plenarinho, às 10h00, a reunião da CPI do Iguaçu, onde estão presentes os técnicos do governo na área de meio ambiente, para poder expor à Assembléia Legislativa em que situação está o Rio Iguaçu e quais as medidas que estão sendo tomadas, para sua conservação.

É quarta-feira, portanto, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Fica, então, registrada a convocação, através do seu presidente, Caíto Quintana, com os membros da CPI do Rio Iguaçu, bem como todos os deputados.

Quem quiser participar, todos os deputados estão convidados, às 10h00, no plenarinho.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco) de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, com apoio dos senhores deputados Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni e Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3357, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 336/2001, item 05 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/2001, que objetiva instituir a Universidade Estadual do Paraná - Unespar, mediante a integração, e uma só autarquia, várias instituições de ensino superior do Estado do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo**

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 558/99, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação Iar Evangélico de Assistência ao Idoso no município de Curitiba-PR. **Aprovado. (Publ no DA nº 161/99, de 10/11/99).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 280/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Nova Vista, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva. **Aprovado. (Publ no DA nº 091/2001, de 26/06/2001).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 304/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Tancredo Neves, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré. **Aprovado. (Publ no DA nº 102/2001, de 06/08/2001).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 305/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Apucarana, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré. **Aprovado. (Publ no DA nº 102/2001, de 06/08/2001).**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/2001, de autoria do deputado, Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Zumbi dos Palmares, com sede e foro no município de Colombo. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Almirante Tamandaré, com sede e foro no

município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo às Crianças Carentes, com sede e foro em Curitiba-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 422/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro São Sebastião, com sede e foro no município de Palmas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância - APMI, com sede no município de Honório Serpa e foro na comarca de Manguaerinha. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que institui a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. E COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 020/99, de 05/04/99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 141/99

P A R E C E R :

A presente proposição trata de projeto de lei de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que institui a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada à manifestação, nada encontrou que pudesse obstar seu trâmite pelos demais setores da Casa, na forma da Emenda Corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 19.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 141/99

O artigo 2ª desta lei passa a vigir com a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Em consequência da alteração procedida no artigo 2º, o artigo 3º perde seu objeto, ficando, portanto, revogado.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - COPTC PROJETO DE LEI Nº 141/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por finalidade instituir a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial.

Esta Comissão chamada a se manifestar, nada encontrou que pudesse impedir o referido projeto de tramitar pelos demais setores desta Casa e ser apreciado e votado em plenário pelos nobres deputados.

Portanto, nosso parecer é favorável ao substitutivo da proposta em tela.

Sala das Comissões, em 26.09.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 141/99.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, dispõe sobre a emissão de declaração negativa de débito por empresas prestadoras de serviços públicos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAIC e COPTC. (Publ. no DA nº 110/2000, de 23.08.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 274/2000

P A R E C E R :

De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, o presente projeto de lei dispõe sobre a emissão de declaração negativa de débito por empresas prestadoras de serviços públicos.

Da análise legal e constitucional não existem óbices à sua tramitação legislativa e regular aprovação nos termos dos procedimentos desta Comissão.

Do exposto, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2000.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 274/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão dispõe sobre a emissão de declaração negativa de débitos por empresas prestadoras de serviços públicos como água, esgoto, gás, telefone e energia elétrica.

Chamada esta Comissão de Finanças a se manifestar regimentalmente em relação ao projeto e considerando que o mesmo trará muitas facilidades à população do Paraná, conforme a justificativa do mesmo, somos pelo parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.2001.

(a) ADEMIR BIER - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 274/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei dispõe no artigo 1º que as empresas prestadoras de serviços públicos como abastecimento de água, esgoto, gás, energia elétrica e telefone ficam obrigadas, anualmente a emitir declaração negativa de débitos dos respectivos usuários.

O parágrafo único desse artigo estabelece que a declaração a que se refere o *caput* decorrido o prazo anual, constará no demonstrativo de cobrança.

A Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio é chamada a dar parecer porque tem competência para manifestar-se sobre as proposições comerciais, nos termos do Regimento Interno.

O parecer sobre o presente projeto de lei é inteiramente favorável.

Primeiro porque, convertido em lei, vai estabelecer maior segurança nas relações comerciais entre as empresas prestadoras de serviços públicos e os usuários, conferindo a esses maiores garantias.

Segundo porque terá condições de promover a racionalização dos procedimentos comerciais no âmbito das empresas prestadoras de serviços públicos, com simplificação de controles e eventual redução nos custos.

Finalmente, o parecer entende que também deve ser chamada a opinar sobre o presente projeto de lei a Comissão de Defesa do Consumidor, na forma do parágrafo 17 do artigo 33 do Regimento Interno (Resolução nº 31/79), uma vez que ele envolve matéria relativa à defesa do consumidor.

Sala das Comissões, em 18.04.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
CEZAR SILVESTRI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 274/2000

P A R E C E R :

De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, o projeto de lei em questão objetiva aprovar a emissão de Declaração Negativa de Débitos por empresas prestadoras de serviços Públicos, tais como: água, luz, telefone, dentre outros.

Ao passar pela análise da Comissão de Constituição e Justiça e Finanças, a matéria veio a receber parecer favorável, faltando, conforme requerimento anexo, o parecer da Comissão de Defesa ao Consumidor que em muito contribuirá para a tramitação do projeto.

De acordo com o despacho da Diretoria Legislativa que cita as Comissões que devem opinar, consta a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que após inteirar-se da propositura, levou em conta o mérito da questão, pois como cita;

- evita o acúmulo de papéis;
- facilita transações comerciais;
- pagamento de contas em duplicidade;
- comprova a idoneidade do usuário;
- e outros;

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao ser chamada a opinar, em conformidade com o artigo 33, parágrafo 6º do Regimento Interno vem a fazê-lo, favoravelmente, enfatizando o mérito de tal propositura trazendo benefício à população em geral, para manter e aumentar os padrões de vida da população, bem como garantir a continuidade do processo de “desburocratização” dos órgãos públicos do Paraná.

Favorável, é o parecer!

Sala das Comissões, em 26.09.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do deputado Durval Amaral, com apoio do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 274/2000.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli, a atual Rodovia do Café passa a denominar-se: “Rodovia do Café Governador Ney Braga”. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. EMENDA SUPRESSIVA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 175/2000, de 04.12.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 413/2000

P A R E C E R :

De autoria do deputado Antonio Anibelli, que altera a denominação da atual Rodovia do Café para Rodovia do Café Governador Ney Braga.

O autor pretende acrescentar à denominação já existente - Rodovia do Café -, o nome do saudoso governador Ney Braga.

A proposição não fere o artigo 238 da Constituição do Estado do Paraná, que diz que “é vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos...”

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei na forma de Emenda Supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 13.12.2000.

(a) BASÍLIO ZANUSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 413/2000

Art. 1º - Suprime do artigo 2º a expressão “revogadas as disposições em contrário”, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 413/2000

P A R E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria do nobre deputado Antonio Anibelli, tem por finalidade denominar a Rodovia do Café, BR-277 e BR-376, que passaria a denominar-se Rodovia do Café Governador Ney Braga.

Como já mencionamos em parecer prévio da Coordenadoria de Assessoramento Técnico Legislativo - CATL, é uma rodovia federal, sendo um bem da União, assim é competência do Congresso Nacional a iniciativa da matéria em análise, conforme preceitua o artigo 48, inciso V da Constituição Federal.

Já sob o ponto de vista da Comissão de Constituição e Justiça, a proposição não fere nenhuma lei, já que o autor do projeto pretende “acrescentar” à denominação já existente o nome do saudoso governador Ney Braga.

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre o mérito, nosso parecer é favorável, pois foi um dos poucos políticos paranaenses que viveu além de seu tempo, sua

vida foi uma lição a ser aprendida por todos que sabem e entendem que vida pública é feita de virtudes públicas e sacrifícios pessoais, e não a fruição fácil de privilégios e vantagens patrimoniais. O Paraná deverá sempre muito a ele, e ao qual Ney Braga sempre foi exemplarmente fiel.

Sala das Comissões, em 26.09.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a destinar, aos municípios sede de empresas que receberam incentivos fiscais do Poder Público Estadual para se instalar no Paraná, porcentagem de multas e indenizações originadas pela quebra do Contrato e/ou Protocolo de Intenções celebrados entre o Governo do Estado e as empresas beneficiadas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 050/2001, de 03/05.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 157/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a destinar, aos municípios sede de empresas que receberam incentivos fiscais do Poder Público Estadual para se instalar no Paraná, porcentagem de multas e indenizações originadas pela quebra do Contrato e/ou Protocolo de Intenções celebrados entre o Governo do Estado e as empresas beneficiadas.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria e por tratar-se de matéria meramente autorizatória, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.06.2001.

(a) BASÍLIO ZANUSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 157/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Algaci Tulio, visa autorizar o Poder Executivo a destinar, aos municípios sede de empresas que receberam incentivos fiscais do Poder Público Estadual para se instalar no Paraná, porcentagem de multas e indenizações originadas pela quebra do Contrato e/ou Protocolo de Intenções celebrados entre o Governo do Estado e as empresas beneficiadas.

Quanto ao mérito, o referido projeto é de grande alcance social, e equidade distributiva, uma vez que destina ao município sede de empresas beneficiárias de

incentivos fiscais, metade dos recursos provenientes de multas e/ou indenizações por rompimento de contrato.

Tais receitas estão se tornando significativas, assim como são significativos os prejuízos legados aos municípios, como é o caso atualmente da Chrysler do Brasil, que acaba de fechar sua fábrica em Campo largo, e que como consequência, deixará um grande número de desempregados naquele município, dentre outros prejuízos indiretos. Assim, a destinação de parte dos recursos, na forma prevista por este projeto de lei, representará uma política compensatória ao município que terá sérios prejuízos com o fechamento da empresa.

Desta forma, o parecer ao projeto em análise é favorável.

Sala das Comissões, em 03.10.2001.

(a) ADEMIR BIER - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Accorsi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 5 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu não entendi ainda o porquê da retirada do meu projeto de lei.

Autoria de quem, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O deputado Luiz Accorsi pede o adiamento por 10 Sessões.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, eu quero esclarecer à Liderança do Governo, em relação a este meu projeto que vem exatamente em cima do que aconteceu com a Chrysler em Campo Largo. Este meu projeto, na Ordem do Dia de hoje, já não está mais no seu conteúdo, porque estava na Sessão de quinta-feira.

Ele trata de que a multa que o Estado recebe de uma empresa, dessas empresas que receberem incentivo do Governo do Estado para montarem as suas indústrias e evidentemente, depois acabam indo embora, como é o caso concreto da Chrysler, eu proponho no meu projeto que 50% da multa seja destinado ao município.

Eu posso estar errado no valor de 50% talvez seja um exagero e então cabe até as emendas em cima disso, mas vejam exatamente o que aconteceu com a Chrysler.

Ela se instalou em Campo Largo. O município investiu. Houve uma expectativa de várias pessoas, funcionários, técnicos, especialistas, que acabaram indo morar em Campo Largo.

Houve um acréscimo do comércio local com isso, enquanto a empresa funcionou. Melhorou hotelaria, melhorou comércio e a prefeitura também investiu. Agora a Chrysler foi embora, o governo do Estado recebeu mais de 100 milhões de reais de multa e esta multa acaba

sendo destinada para recuperação de rodovias, mas para o município que recebeu a Crysler, cuja prefeitura teve que investir, não ficou um tostão sequer. Pelo menos a informação que eu tenho é esta. Acabei de falar com o prefeito Afonso Portugal Guimarães, e ele me dizia: Algaci, a Crysler vai vir aqui na quarta-feira, negociar com a prefeitura, para pagar 1 milhão e trezentos mil reais de ICM e de IPTU.

O que fez, ainda, o município? Teve que desapropriar uma área e pagar um milhão e oitocentos mil reais por uma área! E para pagar essa desapropriação, porque era coisa de urgência, o que fez o município? Utilizou o Fundo de Desenvolvimento do Estado! O Estado antecipou ao município 1800 mil reais para poder desapropriar essa área. E agora como é que fica? Para o município não ficou nada! O prefeito Afonso Guimarães pediu ao secretário de Obras do Estado, ao deputado Nelson Justus, para que parte desse terreno fosse investido na recuperação da PR-510, que liga a sede do município ao Distrito de Bateias. Nada foi feito. Pediu ao secretário que recuperasse boa parte da PR-090, que é a estrada do Cerne. Também nada foi feito! Ao município, toda a expectativa de investimentos e nesta hora, é nada!

Gostaria que, aprovássemos em 1ª discussão, pela legalidade e tiramos da Ordem do Dia, até porque o prefeito irá conversar com o Governo do Estado dessa questão de um milhão e oitocentos mil reais que vence em dezembro agora. Como é que a Prefeitura vai achar esse dinheiro para devolver ao Governo do Estado? Terá que ser feito uma nova negociação. Vamos aprovar hoje e depois tiramos por dez sessões, até ver a solução que o governo vai dar para essa situação de Campo Largo.

Muito obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Gostaria que o deputado Algaci Tulio compreendesse o requerimento encaminhado à Mesa, solicitando retirada por dez sessões. Poderemos negociar por menos, em razão de que há vários pareceres de Secretarias afins, contrários a esse requerimento.

Gostaria de propor a sua retirada temporariamente para que possamos encontrar mecanismos, soluções que possam contemplar as pretensões desse projeto do deputado Algaci Tulio.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, gostaria de deixar bem claro o meu voto contrário ao projeto do deputado Algaci Tulio, pela missão que tive de ser prefeito de uma cidade que compra de outra. Por exemplo: Araucária hoje com 100 mil habitantes deve receber por mês 7 milhões de ICMS.

Enquanto isso, a Fazenda Rio Grande, com 80 mil habitantes recebe o máximo de 200 mil Reais por mês. Não podemos analisar o prefeito de uma cidade com o de outra cidade, porque os caminhos são totalmente diferentes.

O caso colocado pelo deputado Algaci Tulio, ele quer fortalecer de novo São José dos Pinhais, Araucária, Campo Largo, sempre contra os municípios que têm a grande responsabilidade de dar a condição de saúde, de educação, enfim tudo o que os deputados aqui já sabem que o município tem que arcar.

No entanto, vamos analisar com profundidade: no caso da Crysler de Campo Largo, houve um preconceito constitucional no desembolso do dinheiro que a Crysler entregou ao Governo do Estado. 25% senhor presidente, foi entregue a todos os municípios do Paraná, inclusive Campo Largo recebeu os 25% o que lhe dá direito, através do índice de formação da produção que o município produz.

Balsa Nova, que é o município que represento, recebeu 96 mil reais porque tinha índice para receber essa importância.

Já alguns municípios receberam 15 mil, 20 mil, mas a grande participação do dinheiro da Crysler ficou com Araucária, inclusive, Campo Largo, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, que tem a Itaipu, que produz a energia que é vendida para São Paulo, mas esse dinheiro não entra nos cofres do Estado; é um assalto aos demais municípios do Paraná. No entanto, estamos vendo aqui a preocupação do deputado Algaci Tulio, com respeito a essa matéria, aonde ele quer fortalecer uma vez mais os municípios mais enriquecidos pela produção, pela industrialização.

Quando o deputado diz, que 50% em caso de fechamento da empresa, ficarão para o município que sediou essa empresa; e os outros 50% ficariam com o Estado. Ora! Sou e continuarei sendo sempre municipalista, ao ponto de dizer que um dia teremos prefeitos iguais no Paraná e no Brasil, desde que, o valor seja distribuído de acordo com o número de habitantes, igualzinho ao que vem acontecendo hoje, com o Fundo de Participação dos Municípios.

Se todos os prefeitos recebessem igual, de acordo com o número de habitantes, não teria prefeito ruim, não teria prefeito bom; todos cumpririam com a sua missão dentro do que realmente a Constituição lhe permitia, que era receber todos com igualdade. Hoje isso não acontece; hoje ser prefeito é um sorteio; os prefeitos que caem em uma cidade como Foz do Iguaçu, é um privilegiado, pois Maringá, recebem menos ICMS do que a cidade de Foz do Iguaçu. Não tem como você fazer frente aos desafios de uma administração.

Por essas razões, temos que aqui discutir com muita profundidade. É o recurso do ICMS que está sendo distribuído violentamente contra, no caso, as 80 mil pessoas da Fazenda Rio Grande, que estão sendo roubados, pois pagam seus impostos lá na caixa do supermercado e esse dinheiro vai para o Estado e não tem retorno como deveria ter o município, que recebe apenas 200 mil reais com 80 mil habitantes.

Essa é a nossa revolta, senhor presidente.
Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem!

(Assentimento)

Primeiro quero dizer, deputado Cartário, que não sou contra nenhum município, absolutamente. Quero dizer a V. Exa. que se a Crysler continuasse funcionando em Campo Largo, todos os municípios continuariam recebendo ICMS. Essa que é a verdade. Então, ninguém está tentando roubar ICMS de um município para outro; pelo contrário, estou estabelecendo que no caso da empresa desistir, ora, ela recebeu investimento do Estado; o município também investiu; tem que se ressarcido disso.

Além disso a empresa vai embora, deputado Cartário, e fica o que no município? O ônus social para o prefeito! Fica lá o investimento que ele fez; o investimento que o cidadão fez, da pequena e microempresa também, sonhando com a Crysler.

Agora a Crysler foi embora e o sonho virou pesadelo.

Quer dizer, esse é o risco que corre; como pode correr a Fazenda Rio Grande, se o Governo estabelecesse para lá a Renault. Também v. Exa. viria aqui, defender a Fazenda Rio Grande.

Eu não defendo a Fazenda Rio Grande: meu caso não é específico para Campo Largo; Campo Largo é o exemplo que está aqui, palpável, que aconteceu com a Crysler. Pode ser com São José dos Pinhais; pode ser com Quatro Barras, que também recebeu várias indústrias; pode ser com Pien, que também recebeu; com Agudos que recebeu; com outros municípios; essa é a preocupação que tenho. Não se trata aqui de querer mais para esse município e menos para aquele.

Não é essa a discussão neste momento.

Presidente, falei com o deputado Durval Amaral, concordamos com a retirada por cinco Sessões.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o requerimento para retirada por cinco Sessões, conforme entendimento do autor do projeto com a liderança do Governo.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 157/2001.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, faço a questão de ordem, para saber da Mesa, quem são os membros da CPI da Telefonia, os nomes.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós já vamos providenciar, no decorrer da Sessão.

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, senhor presidente.
(Assentimento).

O deputado Neivo Beraldin, precisa dizer qual CPI, porque são 2 CPI's. eu sou membro de uma CPI e da outra não sou. É preciso saber se da primeira ou da segunda.

O SR. NEIVO BERARDIN

É das duas, senhor presidente! Porque eu pessoalmente fazia parte de uma CPI, agora não sei se faço.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa vai informar a V. Exa. no decorrer.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza a Copel a doar à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, o imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2001, de 15.05.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 186/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Maia, tem por objetivo autorizar a Copel a doar à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, o imóvel que especifica.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 186/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise por esta comissão técnica, de autoria do deputado Ricardo Maia, tem por objetivo autorizar a Copel a doar à Secretaria de Estado do Paraná o imóvel que especifica, situado no município de Maringá.

A matéria foi analisada anteriormente no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à aprovação da matéria.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, conforme disposto no artigo 33, parágrafo 6º, do Regimento Interno, seguimos o entendimento da Comissão supracitada, manifestando o parecer favorável, à aprovação do projeto de lei ora em análise.

Sala das Comissões, em 26.09.2001.

(aa) EDSON SATRAPASSON - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que prorroga por mais 05 (cinco) anos os efeitos da Lei nº 10.062, de 16 de julho de 1962, Cessão de imóvel à APADEHD. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2001, de 05/06/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 232/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 232/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, prorroga por mais 05 (cinco) anos os efeitos da Lei nº 10.062, de 16 de julho de 1962, que cedeu o uso do imóvel à APADEHD - Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano, nesta capital.

Sob os aspectos da constitucionalidade e legalidade, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 232/2001, na forma da emenda anexa) correção da técnica legislativa).

Sala das Comissões, em 19.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 232/2001

Art. 1º - Prorroga, por 05 (cinco) anos, a cessão de uso de imóvel à Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano - APADEHD, com sede e foro nesta capital.

Parágrafo Único - A cessão de uso de que trata esta lei foi procedida na forma da Lei nº 10.062, de 16 de julho de 1962.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 232/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise por esta comissão técnica, de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por objetivo prorrogar por mais cinco anos os efeitos da Lei nº 10.062, de 16.07.1962, que cedeu o uso do imóvel à Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano - APADHED, nesta capital.

A matéria foi analisada anteriormente no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-

se favorável à aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva apresentada.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, conforme disposto no artigo 33, parágrafo 6º, do Regimento Interno, seguimos o entendimento da Comissão supracitada, manifestando o parecer favorável, na forma da Emenda Substitutiva Geral apresentada à aprovação do projeto de lei ora em análise.

Sala das Comissões, em 26.09.2001.

(aa) EDSON SATRAPASSON - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Francisco Carlos da Silva. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 078/2001, de 07/06/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 236/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Serafina Carrilho, visa conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Francisco Carlos da Silva.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade e por estar de acordo com a Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre as normas e requisitos para o título de cidadão honorário e benemérito do Estado do Paraná (cota do PSDB), constatamos que a matéria encontra-se apta para seguir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, somos de parecer favorável

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Querência Nova, da cidade de Matelândia. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 124/2001, de 12/09/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 430/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Eli Ghellere, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Querência Nova, da cidade de Matelândia.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 430/2001

Fica alterado o artigo, do Projeto de Lei nº 430/2001, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Querência Nova, com sede e foro no município de Matelândia”.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, requerimento nº 3349, e autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Nesse requerimento do Antonio Anibelli, não poderíamos nós também, fazer uma solicitação, na sua pessoa, ao deputado Rossoni, ao próprio Anibelli, que é favorável, deputado Hermas Brandão, para estudar a situação dos funcionários deste Poder, que também estão na mesma situação que o requerimento está expondo?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós vamos votar esse requerimento.

Se V. Exa. desejar, poderá entrar com o requerimento na próxima Sessão.

Está em Discussão o requerimento. Em votação.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, tendo em vista que a CPI da telefonia vai realizar uma reunião amanhã, é necessário que V. Exa. decline o nome dos membros da CPI, porque temos que fazer a nossa programação de amanhã. Se fazemos parte da CPI, iremos à CPI, se não fazemos parte iremos a um outro compromisso.

Tanto da primeira CPI, quanto da segunda eu gostaria que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós já temos em mãos a Ata da instalação que ocorreu no mês de junho. Membros: deputados Renato Gaúcho, Orlando Pessuti, Nelson Garcia, Plauto Miró, Marcos Isfer, Ademir Bier, Geraldo Cartário, Ângelo Vanhoni, Tiago Amorim, Luiz Accorsi e Tony Garcia.

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, senhor presidente.
Esta CPI é a “B”, tem a CPI “A”.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Essa aqui deve ser a segunda.

O SR. NEREU MOURA

Essa é a “B”. É que nem time de futebol, o time “A” e o time “B”. Essa é a “B”.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós já vamos achar essa segunda, enquanto isso vamos dar continuidade aos requerimentos.

Requerimento nº 3356, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3367, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, com apoio dos senhores deputados Algaci Tulio, Ademir Bier, Irineu Colombo, Luiz Carlos Zuk e Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3372, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 3336 e 3337, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa

Requerimentos nºs 3338 a 3371, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 3346, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria acha-se publicada no final desta Ata**).

Requerimentos nºs 3341 e 3342 de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 3343, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 3347, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 3348, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 3350, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria encontra-se publicada no final desta Ata**).

Requerimento nº 3351, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 3352, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 3353, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 3355, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 3358, de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 3366, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 3373, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 3375, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

Requerimento nº 3301, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

O SR. NEIVO BERALDIN

Para justificar o voto.

Quero cumprimentar o Plenário por permitir que aprovemos esse requerimento a fim de que o Tribunal de

Contas cumpra o que determina a Constituição, devolvendo a prestação de contas do ano de 2000 do Governo do Estado.

O prazo para que ele tivesse entregue essa prestação de contas era maio. Isso foi sendo protelado e agora chegamos a esse ponto de ter que pedir oficialmente para que entregue as contas do ano 2000, então, quero cumprimentar o Plenário por ter deliberado a favor.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Quero informar ao deputado Neivo Beraldin, conforme sua solicitação, os integrantes da CPI da Telefonía, a 1ª CPI instalada, são os deputados Plauto Miró, Algaci Tulio, Neivo Beraldin, Marcos Isfer, Edno Guimarães, Nereu Moura, Nelson Garcia, Edson Strapasson, Sergio Spada, Ângelo Vanhoni e Tiago Amorim.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para registrar a presença do prefeito de Roncador, Odilon Gonçalves e dos vereadores daquele município que estão nos visitando.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado. Sejam bem-vindos a este Poder.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/2001.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 031/99; 366, 367 e 385/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 413/2000; 186, 232, 236 e 430/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 190, 251, 293, 318, 378, 440 e 441/2001.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TULIO EM SESSÃO DO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2001.

O TJ e a CPI

Folha do Paraná

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem o poder de investigação e a função de elucidar fatos que, de alguma forma, atendem contra os interesses comuns. Não obstante com poderes limitados, é uma instituição que só faz ajudar à causa da justiça. Ao contrário de se antepor ao Poder Judiciário, é um instrumento com respaldo constitucional que contribui para a manutenção do princípio da legalidade.

Causou reação, portanto, entre os membros da CPI da Telefonía, a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná - já pela segunda vez este ano - suspendendo os trabalhos da Comissão. A primeira ocorreu em junho e a segunda na semana passada, ambas através de liminares válidas por 90 dias.

Os deputados que compõem essas Comissões declaram acreditar que a postura do Tribunal se deve à demora da Assembléia Legislativa em votar as mudanças no Código de Organização e Divisão Judiciária que criam novas comarcas e novos cargos na Justiça.

A primeira CPI investigava a acusação de cobrança abusiva de tarifas, pela Telepar Brasil Telecom, mas depois passou a ocupar-se também da denúncia sobre a existência de grampos telefônicos no Palácio Iguaçu. Este foi o argumento do Tribunal de Justiça, para impedir a CPI, eis que teria desvirtuado o objetivo. Os deputados, então, criaram imediatamente uma segunda CPI, com a mesma finalidade de investigar as denúncias sobre valores cobrados indevidamente dos usuários, pela Telepar.

O presidente da CPI da Telefonía, deputado Tony Garcia, declara que o TJ está impedindo a Assembléia de defender interesses públicos, que envolvem 2 milhões de usuários de telefones. De sua vez os advogados da Telepar justificam que a decisão do Tribunal, agora, foi tomada porque a CPI atual tem semelhança com a anterior.

Se foi correta a atitude do Tribunal ao suspender a CPI anterior, por desviar-se da função para a qual foi criada, e como a decisão foi tomada através de liminar que ainda não foi julgada, esperava-se que o TJ não suspendesse também a segunda antes do julgamento da primeira.

Assim, as investigações da CPI da Telefonía - que em nada feriam o ordenamento legal - ficam suspensas, com prejuízo para a elucidação dos fatos e para os usuários de telefones que se julgam prejudicados.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2001.

Carga Tributária Entrava o Brasil

Gilberto Luiz do Amaral

Redução de apenas 5 pontos percentuais daria mais condições de competição ao País.

Olavo Pesch

“O governo FHC se notabilizou pela sede muito grande de arrecadação de tributos, mas infelizmente não pela aplicação do dinheiro público”. A crítica é do presidente do Instituto Brasileiros de Planejamento Tributário (IBPT), advogado Gilberto Luiz do Amaral. Ele lembra que, entre os países em desenvolvimento o Brasil apresenta uma das cargas tributárias mais altas do mundo, em torno de 34% do PIB (Produto Interno Bruto). O índice é muito próximo da tributação de França, Itália (37%) e Alemanha (36%), e já ultrapassou a carga tributária praticada por EUA (28%). “Se a carga tributária fosse de 29%, teríamos uma competitividade astronômica com os EUA nesse momento em que vários países estão sofrendo, mas falta vontade política”, acentua.

Segundo Amaral, o fato do País criar novos impostos ou aumenta-los sempre que as despesas aumentam traz um problema muito sério para a competitividade das empresas. Com a globalização da economia, não há reserva de mercado e o capital vai para o país onde encontram o melhor tratamento”, observa, acrescentando que no Brasil a alta tributação se traduz em baixo retorno por parte do governo. “O grande problema no Brasil hoje é a baixa exportação, devido à falta de infra-estrutura, como projetos de incentivo à exportação; e por ser o único país do mundo que exporta tributos, por causa da incidência em cascata”, considera. Por isso, o Brasil só se torna atrativo aos outros países, quando há uma desvalorização muito grande da moeda. “Mas quando há pico, como agora, falta cultura exportadora”.

Estratégias

O que fazer então para tornar-se competitivo diante desses obstáculos? “Existem dois caminhos a seguir o

ilegal, que é a sonegação fiscal, e o legal, que é o planejamento tributário”, responde o presidente do IBPT. Por planejamento tributário, explica Amaral, entenda-se adoção de procedimentos legais para a realização de negócios. “Não existe modelo ideal. O planejamento tributário envolve uma, análise personalizada da empresa”, salienta Amaral.

Por exemplo num operação que envolva ICMS, é importante saber se a localização da empresa é a mais adequada em função dos clientes. Uma empresa sediada no Paraná que comercializa a maior parte dos produtos no Estado paga alíquota de 17%. Se mudar a sede para Santa Catarina ou São Paulo e continuar a vender para o Paraná a alíquota cai para 12%, exemplifica. Mas é preciso verificar se o crédito de ICMS que o cliente terá nas transações não será prejudicado.

No Brasil o planejamento tributário é ainda pouco difundido, sendo adotado por 20% das empresas, enquanto a sonegação fiscal apresenta pela menos três riscos, de acordo com Amaral: pena criminal de detenção ou reclusão que varia de dois a cinco anos, multas que chegam a 25% do tributo, e a credibilidade junto a fornecedores, clientes e instituições financeiras. “Nesse momento de alta tecnologia, os controles do fisco estão muito bons. Pela CPMF, dá para identificar de maneira muito palpável quem sonega”, cita o presidente do IBPT. O custo do planejamento tributário, que pode ser executado por equipe interna ou assessoria externa, é “baixo em relação ao benefício”, pondera.

De acordo com a Receita Federal, um terço da sua arrecadação anual (de R\$350 bilhões) não é alcançada pela fiscalização. Estima-se que 40% dessa parcela seja sonegação fiscal, 40% benefícios fiscais e 20% planejamento tributário. Em janeiro, o governo editou a lei complementar 104. A “Norma Antielisiva” determina que as autoridades fazendárias, desconsiderem atos realizados com fins exclusivos de dissimular pagamento de tributos.

A eficácia dessa lei é um dos temas debatidos no III Congresso Tributário, que reúne 300 tributaristas de 17 Estados brasileiros até hoje, no Hotel Four Points, em Curitiba. Na avaliação de Amaral, a lei não inovou, já que simulação é um ato vedado por lei e os instrumentos do planejamento tributário não infringem a legislação.